



IE

ESCOLA informação

N.º 292 outubro, 2020 . MENSAL . 0,50€

Nós,
professores,
organizar-nos-emos
para que
o mundo
que emerge desta
crise seja
melhor

David Edwards, I.E.



O futuro (está) em xeque

Dossier

LEITURAS



Maffei, Lamberto
Elogio da Rebelião, Lisboa
 Edições 70, 2020

Lamberto Maffei é um médico e cientista italiano que reflete desencantadamente sobre o atual estado do mundo marcado pela velocidade da comunicação que favorece o pensamento rápido em detrimento da reflexão, do pensamento lento. Um mundo caracterizado pelo ruído, pela tagarelice babélica das redes sociais, em que pulula uma multidão de imbecis incapazes de se projetarem para além do comprimento dos seus umbigos. Neste mundo o indivíduo que se julga livre

está, no entanto, submetido a um fluxo contínuo de sugestões e ordens, particularmente dos gurus dos mercados soberanos e das grandes marcas, transformando-se em escravo de um consumismo que lhe dá a ilusão da livre escolha, mas que o exonera da capacidade de pensar, do juízo crítico e da capacidade de decisão.

A cultura poderia contribuir para orientar e transferir os desejos do consumismo alienante para o pensamento e a reflexão crítica. No entanto, também ela foi capturada. Que dizer dos que Maffei designa por "servos cultos" (p. 124), que proliferam nos *mass media* e sobretudo nos 'think tanks' conservadores para se porem ao serviço dos poderosos que os pagam principescamente para defenderem os seus interesses e privilégios e, sobretudo, uma ideologia segundo a qual nada devem ao mundo e o mundo tudo lhes deve pelos seus elevados méritos? A liberal democracia também se torna cada vez mais refém de uma plutocracia que dispõe de enormes capitais para condicionar e influenciar as decisões políticas que afetam a vida de todos. Os que labutam duramente todos os dias para viverem cada vez pior estão cada vez mais afastados do poder e influência políticos. Basta ter em conta que no país mais poderoso do mundo, os EUA, os 250 membros do Congresso são todos milionários e 57 pertencem ao 1% mais rico do mundo. E se analisarmos os membros do parlamento e dos executivos de outros países, chegar-se-á à conclusão que grande parte deles provém das profissões liberais e das classes

média alta e alta. Segundo o sociólogo L. Galino, citado por Maffei, "hoje, as classes dominantes mobilizaram-se e encetaram uma luta de classes a partir do topo, de maneira a recuperarem o tempo perdido" (p. 141). O "sábio de Omaha", o multimilionário Warren Buffet pensa basicamente o mesmo quando afirma: "Existe uma luta de classes, é verdade, mas é a minha classe, a classe abastada que está na ofensiva, e estamos a ganhá-la". Em suma, a luta de classes já não é o que era, pois quem está na defensiva são as classes trabalhadoras e não os grandes proprietários e gestores de topo que os representam nas empresas. Pelo menos por enquanto. Que rebeldia resta então nesta paisagem desoladora? Maffei defende o que designa por "rebelião da razão" que não usa armas nem palavras ofensivas ou ameaças, mas consiste "na marcha das pessoas que se dão as mãos, que dialogam, que formam um grande cérebro coletivo que pregam que tu és igual a mim em direitos e deveres; a marcha de homens que querem partilhar e que desejam coisas e bens desde que os outros também os tenham" (p. 141). Mas o que é que reivindica a rebeldia da razão? Não utopias revolucionárias que prometiam o paraíso na terra, mas degeneraram em ditaduras, mas apenas mais direitos contra os privilégios da riqueza e da opulência: "educação igual para todos, saúde e justiça iguais para todos." Talvez esta seja a grande 'revolução' que ainda falta fazer. ■

Joaquim Jorge Veigunha



Quebrar o bloqueio negocial e reverter o desinvestimento na educação

Já é conhecida a proposta de Orçamento de Estado para 2021, já votada na generalidade. No que diz respeito à Educação, confirma-se a crescente dependência dos Fundos Sociais Europeus e também uma diminuição das verbas para este setor se considerarmos apenas os financiamentos nacionais. De facto, o anunciado aumento de 467.9 milhões de euros por comparação com o executado no orçamento para a educação de 2020 inclui a verba de 553.5 milhões de euros de fundos europeus; a diminuição real é de 85,6 milhões de euros. Se considerarmos que as verbas com origem nestes fundos já têm um destino definido, nomeadamente a remoção do amianto, a requalificação do parque escolar, a digitalização e a formação no âmbito da inclusão, como se resolve o resto?

O resto é o extenso conjunto de 29 medidas que estão plasmadas na própria Proposta de Lei e Relatório do Orçamento de Estado 2021. Uma das questões centrais prende-se com o atenuar dos efeitos que a pandemia provocou no confinamento com o encerramento das escolas e as dificuldades que trouxe a milhares dos nossos alunos. Esperava-se que esta proposta de OE refletisse a preocupação com a recuperação destas aprendizagens. Por outro lado a proposta de OE nada diz sobre as reivindicações dos docentes: o processo de recomposição da carreira, isto é, a recuperação de todo o tempo de serviço; a eliminação de todos os estrangulamentos que impedem a progressão na carreira; a resolução do problema das ultrapassagens, resolução da precariedade que continua a afetar milhares de docentes; a eliminação dos abusos e das ilegalidades nos horários de trabalho e o problema da aposentação, criando condições para o rejuvenescimento da profissão docente. Sobre estas questões, mais uma vez, nenhuma referência.

Este é um Orçamento que continua a desinvestir na Educação, com consequências visíveis num país com as mais baixas taxas de escolaridade da União Europeia e onde a percentagem do PIB na Educação cai em 2021 previsivelmente para 3,2% (Estava em 3,4 % em 2020). Na Ciência e no Ensino Superior, o financiamento em ensino e investigação fica muito aquém dos valores médios da União Europeia e a proposta de Orçamento não dá resposta aos problemas deste setor, como o envelhecimento do corpo docente e a precariedade que é, ainda e infelizmente, uma realidade.

As escolas, apesar da inoperância que o M.E. tem demonstrado, estão a funcionar e os professores, ainda que sob a pressão resultante do quadro epidemiológico, têm sido extraordinários, mantendo-se na linha da frente, devendo-se a eles, em grande parte, a resposta que as escolas estão a dar neste momento tão complexo.

Não nos esqueçamos, no entanto, que a pressão é grande e o aumento do horário semanal de trabalho muito para além das 35 horas é cada vez mais visível, agravado pela complexidade e multiplicidade das exigências que crescem ao trabalho dos docentes: a recuperação das aprendizagens, a sobreposição de várias modalidades de ensino, presencial, não presencial e misto, pela exigência de dar resposta aos alunos que ficam em casa.

Esta é uma situação inaceitável e em relação à qual o M.E. se recusa a dar resposta, pactuando com todas as ilegalidades cometidas.

A tudo isto acresce a falta de recursos nas escolas à qual se junta a falta de professores.

A greve ao sobretabalho foi retomada a 27 de outubro e abrange todas as atividades de trabalho indevidamente registadas na CNL e as atividades convocadas para além das 35 horas de trabalho. Sempre estivemos disponíveis para dialogar, pelo que a greve será suspensa quando o M.E. quiser resolver este problema com seriedade.

Quebrar o bloqueio negocial é prioritário e, por isso, no dia 8 de outubro voltámos a entregar no M.E. as nossas propostas com o objetivo de abrir processos negociais que resolvam as nossas reivindicações centrais - Carreira, Aposentação, Condições de Trabalho e Precariedade.

Apresentámos aos grupos parlamentares as nossas propostas para o Orçamento de Estado 2021. Esta é uma discussão que vamos acompanhar. ■

ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa .**Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguinha, Carlos Leal **Redação:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas). **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha sobre foto de Freepick.com . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A.. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528
Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.





2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

O futuro (está) em xeque

16 Cidadania

Os novos proletários

17 Entrevista com José Feliciano Costa, presidente do SPGL

22 Escola/Professores

22. “Respeitar os professores é valorizar a educação e o futuro”

24. Aulas e apoio aos alunos à distância: sobre a gravação e transmissão em direto de aulas

26. Um orçamento que não serve a educação

28. SPGL reuniu com a Câmara de Lisboa sobre a falta de assistentes operacionais nas escolas

29. Concentrações no Porto e em Lisboa, por aumentos salariais

29. Não ao racismo e à xenofobia

30. Conselho Geral do SPGL aprova relatório e contas de 2019 e considera positivo o trabalho sindical desenvolvido

31. Apreciação do Relatório de Atividade sindical entre janeiro e julho de 2020 apresentado pela Direção ao Conselho Geral do SPGL

31. Saudação aos docentes portugueses e aos trabalhadores do SPGL

32 Opinião

Como estamos de (des)informação?

33 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Qualificação para o exercício de outras funções educativas

Para quê as listas das escolas com COVID?

AFENPROF tem vindo a insistir na divulgação tão completa quanto possível das escolas com casos de COVID 19 e pretende que o M.E. divulgue essas mesmas escolas. Tal insistência só se compreende tendo como objetivo salvaguardar a saúde dos professores e educadores e da comunidade escolar em geral. Mas não deixa de ser uma decisão muito discutível.

De facto, escolas com casos de COVID serão, tendencialmente, quase todas: o estranho seria que tal não acontecesse. Mas a situação não é necessariamente a mesma: em algumas escolas serão casos isolados, noutras será uma ou mais turmas, algumas terão mesmo de fechar. Fazer uma lista sem estas discriminações é provocar uma confusão que alimenta o alarmismo. De resto, o que é necessário assegurar é se, perante casos confirmados, foram tomadas pelas autoridades sanitárias competentes as medidas de proteção previstas, tendo como certo que só em casos excecionalmente graves as escolas devem encerrar.

Divulgar acriticamente que esta ou aquela escola “tem covid” serve apenas para a estigmatizar e criar alarmismo quase sempre desnecessário.

Os dados disponibilizados pela DGS, aliás, sustentam que a abertura das escolas não potenciou, por si, as infeções, quase todas elas trazidas da comunidade para a escola.

Naturalmente, a lista divulgada pela FENPROF é quase toda ela composta por escolas públicas; as privadas terão certamente casos de infeção como as públicas, mas, obviamente, não estão interessadas em fazer campanha contra si próprias.

A legítima preocupação da FENPROF – proteger a saúde de quem está nas escolas – não passa pela listagem das escolas com COVID, mas sim por garantir que as autoridades de saúde a garantam de acordo com a situação particular de cada escola. ■

Miguel André

“11000 docentes já deveriam pertencer aos quadros do ME.”

PÁGINA

6



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº292 outubro 2020

O futuro (está) em xeque

Os temas abordados nos diferentes textos deste Dossier falam por si, destacando, quer a instabilidade profissional, quer a desvalorização da profissão, sublinhadas no sugestivo título “a carreira do nosso descontentamento”, ou o debate em torno do “excesso ou falta de professores” e a oportuna pergunta “Ainda há quem queira ser professor?”.

O Dossier inclui ainda textos esclarecedores sobre o artigo 79º e a formação inicial de professores. Presente ao longo de todo o Dossier, a necessidade de resolução de problemas básicos – potenciados pela falta de investimento no ensino - como o da precariedade, do sobretrabalho, ou do envelhecimento da classe. ■

Um problema de instabilidade profissional e de falta de atratividade

• João Pereira

Coordenador da comissão de professores e educadores contratados e desempregados do SPGL

Ano após ano ouvimos o mesmo discurso: a classe docente está envelhecida, são necessárias medidas que tornem possível um rejuvenescimento da classe, é necessário aumentar a atratividade da carreira diminuindo a precariedade.

Se no essencial concordamos que necessitamos urgentemente de medidas que conduzam a um rejuvenescimento e a um combate eficaz à precariedade, o que verificamos na prática é que estamos longe de resolver esses problemas e que de uma maneira geral estes têm vindo a agudizar-se. Há anos que a precariedade assola milhares de professores e educadores com particular incidência no grupo mais desfavorecido, os professores contratados. Este perpetuar da precariedade ao longo dos anos tem afastado muitos destes docentes da profissão que se apresenta pouco atrativa para os jovens que optam por seguir cursos de ensino superior que oferecem maior estabilidade e satisfação profissional.

Ao analisar os números do Concurso Externo verificamos que foram opositores ao concurso 35 880 professores e educadores, o que representa um aumento de 2900 docentes quando comparado com 2019. Dos opositores,

872 conseguiram a vinculação em Quadro de Zona Pedagógica (QZP) do Ministério da Educação (ME). Apesar de existir um aumento em relação ao concurso anterior a percentagem de vinculações cifrou-se em 2,4 por cento. Para percebermos a dificuldade que existe em entrar em QZP basta verificar que a média de anos de serviço dos professores que vincularam cifrou-se nos 16 anos e uma média de idade de 45 anos. Tirando algumas exceções a maioria dos professores necessita de muitos anos de serviço para vincular e quando o consegue encontra-se na faixa etária acima dos 40 anos.

Na lei Geral do Trabalho está explanado que a duração do contrato a termo certo não pode exceder os três anos, mas na Educação verificamos que cerca de 24 mil docentes a contrato têm mais de 3 anos de serviço, 11 mil têm mais de 10 anos e mais de 1700 têm mais de 20 anos de serviço. São docentes que já deveriam pertencer aos quadros do ME se o Estado fosse obrigado a cumprir o que obriga aos privados. A forma como o Governo PSD/CDS transpôs a diretiva europeia 1999/70/CE permite que o ME continue a abusar da contratação a termo. A diretiva deveria ter como objetivo a limitação do uso dos contratos a termo, mas na prática um professor contratado pode, num limite

máximo, nunca conseguir cumprir todos os critérios exigidos e permanecer durante toda a sua vida profissional como professor contratado. Apesar das alterações efetuadas na denominada “norma-travão”, desde 2014 até à data, aferimos que a norma é ineficaz e não cumpre os seus propósitos uma vez que não só permite ao sistema manter milhares de professores em contratos a termo sucessivos como verificamos que em média os docentes demoram mais anos até conseguir cumprir todos os critérios exigidos para serem elegíveis para a dita norma.

Após cada Concurso Externo apuramos que o número de vinculações não é suficiente para resolver a precariedade nem é suficiente para suprir as necessidades permanentes do sistema de ensino público. Dissecando os números da Contratação Inicial, verificamos que 3687 docentes viram o seu contrato renovado, 3950 docentes foram colocados em horário completo e 3510 docentes em horário incompleto. Um total de 11 147 horários anuais, dos quais 7637 em horário completo. Se considerarmos as colocações em horários anuais até à 6ª Reserva de Recrutamento os números sobem para as 14 618 colocações, das quais 9499 em horário completo. A maioria destas colocações deveria dar lugar a



Foto: Designed by Freepik

abertura de vaga em Quadro pois trata-se de necessidades permanentes de Agrupamentos/Escolas não agrupadas.

São urgentes medidas que conduzam a uma valorização da carreira docente e que combatam eficazmente a precarização instalada há muitos anos entre os professores contratados.

A FENPROF e os sindicatos afetos à Federação têm proposto inúmeras medidas de combate à precariedade, assim como demonstrado toda a disponibilidade em dialogar e negociar com o ME. Da parte do ME tal não tem acontecido. Das propostas destaco a revisão do Regime Legal dos Concursos; a realização de Concursos de Integração Extraordinários sucessivos de forma a vincular progressivamente os docentes que tenham dez e cinco anos de serviço; a contabilização de 30 dias de trabalho mensal declarados para a Segurança Social independentemente do número de horas do horário e a regularização dos vínculos laborais dos docentes/técnicos ao serviço das Atividades de Enriquecimento Curricular.

No que concerne ao Regime dos Concursos poderíamos proceder a inúmeras alterações conducentes a uma maior estabilidade profissional e do próprio sistema de ensino, tais como: redução da área geográfica dos atuais QZP;

revisão da denominada “norma-travão” e a abertura de vagas em QA/QE de acordo com as necessidades permanentes. Outra alteração necessária prende-se com os atuais intervalos de horários a concurso. A enorme diferença entre os intervalos e a modificação efetuada na fórmula dos dias de trabalho declarados para a Segurança Social justificam a alteração. Até ao momento foram colocados 5242 docentes em horários inferiores a 16 horas letivas semanais. São horários em que não serão declarados os 30 dias de trabalho mensal para a Segurança Social. Em 1076 destes 5242 horários, o vencimento auferido é inferior ao salário mínimo nacional. Se queremos atrair jovens para a profissão, se queremos manter os docentes que concorrem atualmente e fazer regressar os que abandonaram, temos de ter a capacidade de oferecer horários que permitam alguma estabilidade. Não o conseguimos fazer com horários como os que são agora disponibilizados.

Outras medidas, como: aumento da duração mínima do contrato; permanência no horário até 31 de agosto após 31 de maio; arrendamento acessível e incentivos fiscais para despesas com alojamento; reinscrição na Caixa Geral de Aposentações e um novo momento de concurso a decorrer no fim do primeiro período para

permitir a alteração de preferências, seriam outras medidas positivas para aumentar a estabilidade, atrair jovens para a docência e valorizar a profissão. É urgente aumentar a atratividade da carreira.

Deixamos uma nota final sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2021 apresentada pelo Governo para a área da Educação: tirando algumas intenções genéricas não são apresentadas medidas concretas de combate à precariedade nem ao aumento de atratividade da carreira, pelo contrário, o que verificamos é uma redução de verbas destinadas à despesa com pessoal.■

Há anos que a precariedade assola milhares de professores e educadores com particular incidência no grupo mais desfavorecido, os professores contratados.

Este perpetuar da precariedade ao longo dos anos tem afastado muitos destes docentes da profissão que se apresenta pouco atrativa para os jovens

Professor(a) – a carreira do nosso descontentamento

• **Anabela Delgado**

Dirigente do SPGL

É já inegável que faltam professores nas escolas; também no setor da Educação a crise provocada pela pandemia demonstrou, talvez mais cedo do que era previsível, um facto que era já claro para aqueles que quotidianamente nas escolas sentem, com tristeza, que a profissão está cada vez mais desvalorizada.

A falta de docentes não se sente de forma uniforme no país; é para já mais visível nas grandes áreas metropolitanas, designadamente na área metropolitana de Lisboa e também no Algarve, regiões onde, para além de todos os problemas da profissão, os professores que aí são colocados (quase sempre deslocados da residência e com contratos precários), são ainda confrontados com preços de habitação incomportáveis para o salário que lhes é pago.

Faltam professores porque a profissão deixou de ser aliciante; as várias alterações introduzidas no ECD desde 2005 destruíram, silenciosa e cirurgicamente, quase tudo o que foi alcançado pela intervenção e luta dos professores na revisão do ECD em 1999/2000.

Entre 2005 e 2007, começou a “debandada” dos professores mais velhos para aposentações antecipadas, preferindo ter pensões com penalizações a conviver com a descaracterização dos horários e a desvalorização da profissão que viram nas medidas então tomadas. Também alguns dos mais jovens saíram para outras profissões e para a emigração...

Os sucessivos governos, provavelmente escudados na previsível diminuição de alunos nos anos mais próximos, dada o baixo índice de natalidade no país, não demonstraram preocupação ou sensibili-

dade com essa saída abrupta dos professores. Talvez pensassem que a eventual necessidade de os substituir aliviaria o orçamento da Educação e faria diminuir o déficit, já que os substitutos ou seriam os eternos contratados que ganham sempre o mesmo ou os que, ingressando nos quadros, integrariam a carreira, já suficientemente desvalorizada e com suficientes obstáculos (cotas e vagas) para adiar o mais possível o acesso aos escalões da carreira mais valorizados!

O resultado está à vista - a classe docente está envelhecida, o número de docentes com mais de 50 anos de idade ultrapassa os 50%; a percentagem de docentes com menos de trinta e cinco anos é inferior a 2%. Os professores estão exaustos e muito desmotivados; embora exerçam com profissionalismo e competência as suas funções. Pensam cada vez mais em sair.

Os jovens deixaram de procurar os cursos que habilitam para a docência; os que os procuram vão sendo aqueles que têm as notas mais baixas no ensino secundário. Isto é, o descontentamento, o cansaço e a desmotivação da classe docente está a passar para a sociedade...

Uma carreira desvalorizada porque:

- Os horários de trabalho foram agravados e descaracterizados;
- A progressão e acesso aos escalões mais valorizados da longa carreira (*a partir do 8º escalão, numa carreira de 10 escalões*) é um longo percurso cheio de obstáculos, desde as quotas para o muito bom e excelente, até às vagas para acesso ao 5º e ao 7º escalão na carreira;
- As regras para a aposentação agravaram-se em tempo e idade e nos fatores para o seu cálculo;

- Os salários permanecem imutáveis durante vários anos, as atualizações salariais anuais são inexistentes;

- Confunde-se valorização salarial com descongelamento de carreira e recuperação muito mitigada do tempo de serviço roubado entre 2011 e 2018;

- A precariedade de vínculo contratual dos mais jovens mantém-se e agravam-se as suas condições de trabalho. Proliferam os horários incompletos, passando a ser considerados pela administração como trabalhadores a tempo parcial, penalizando em consequência todas as prestações sociais, incluindo a aposentação. O vínculo é alcançado ao fim de mais de uma dezena de anos de trabalho e a idade média dos que têm conseguido vínculo anda pelos 45 anos.

Que soluções para inverter a situação?

Exigir do governo um ministério da Educação.

Enquanto tal não acontecer, os problemas da educação e dos seus profissionais dificilmente chegam ao conhecimento do governo e à mesa do Conselho de Ministros.

Atualmente o bloqueio negocial é total. Fazem mal o governo e o 1º ministro em ignorar esse facto; as consequências desta postura são demasiado negativas para o futuro da Educação. Os resultados começam a ser sentidos pelos portugueses que têm os filhos nas escolas sem professores em várias disciplinas.

Resolvido esse problema que se arrasta desde a anterior legislatura, as propostas dos professores estão prontas para se iniciar um processo negocial. A FENPROF divulgou-as suficientemente. Haja vontade e interlocutor para negociar! ■

Formação Inicial de Professores

• Paula Rodrigues

Dirigente do SPGL

Professores por substituir, turmas sem aulas, professores das escolas sobrecarregados – este é o cenário de muitas escolas do país há já alguns anos, sobretudo na região de Lisboa e do Algarve, situação agravada neste ano devido aos efeitos da pandemia provocada pelo Covid 19. Diversas são as causas na origem do problema, uma das quais a falta de atratividade da profissão, que poderá levar a muitos estudantes universitários a não optarem pela via ensino. Mas será bem assim? Vejamos, então... Segundo o estudo *Regime de Seleção e Recrutamento do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário* do Conselho Nacional

de Educação, publicado em julho de 2019, “O número de unidades orgânicas que oferecem cursos de mestrado nas áreas de formação para a docência regista um aumento acentuado (+34) entre 2008/2009 e 2010/2011 e atinge o número máximo da série (65) em 2013/2014. Entre este último ano letivo e o seguinte diminuiu (-8) e volta a aumentar ligeiramente até 2017/2018 (+4)”.

“Os dados disponíveis relativos aos diplomados em cursos de formação de professores reforçam a ideia da pouca atratividade da profissão docente, traduzida nos números anuais [...]. Os referidos números revelam uma diminuição de diplomados em 2016/2017, relativamente a 2012/2013, exceto nos cursos de Ensino do 1.º e 2.º CEB, de

Ensino da Música, de Ensino do Inglês e de Ensino de Economia e Contabilidade. De realçar o decréscimo de diplomados nos cursos de Ensino do 1.º CEB (de 30 para 2), de Ensino de Educação Visual e Tecnológica (de 45 para 2) e de Ensino de Física e Química (de 46 para 5). No caso dos cursos que conferem habilitação profissional para a docência no 1.º CEB é de notar o número reduzido dos diplomados em Ensino do 1.º CEB, quando comparado com os números relativos aos cursos de Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º CEB e de Ensino de 1.º e 2.º CEB. Salientam-se os cursos de Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º CEB, de Ensino de Educação Física e de Ensino da Música, com números mais elevados de diplomados em 2016/2017”.

Número de diplomados em mestrado, por cursos de formação inicial de professores

| Mestrados em Ensino | 2012/13 | 2013/14 | 2014/15 | 2015/16 | 2016/17 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Ensino Precoce de Inglês | 21 | 5 | 3 | 6 | 3 |
| Educação Pré-Escolar | 367 | 296 | 355 | 93 | 272 |
| Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º CEB | 505 | 452 | 532 | 481 | 309 |
| Ensino do 1.º CEB | 30 | 8 | 10 | 5 | 2 |
| Ensino do 1.º e do 2.º CEB | 162 | 163 | 196 | 182 | 170 |
| Ensino das Ciências | 23 | 5 | 9 | 1 | 2 |
| Ensino de Educação Visual e Tecnológica | 45 | 15 | 3 | 3 | 2 |
| Ensino de Educação Musical | 59 | 45 | 27 | 43 | 17 |
| Ensino de Educação Física | 600 | 475 | 443 | 303 | 305 |
| Ensino de Português | 138 | 132 | 146 | 101 | 79 |
| Ensino de Inglês | 68 | 80 | 42 | 42 | 88 |
| Ensino de História e de Geografia | 62 | 64 | 53 | 50 | 33 |
| Ensino de Física e Química | 46 | 32 | 21 | 7 | 5 |
| Ensino de Filosofia | 34 | 30 | 11 | 13 | 22 |
| Ensino de Matemática | 87 | 50 | 37 | 42 | 17 |
| Ensino de Biologia e de Geologia | 35 | 41 | 33 | 31 | 11 |
| Ensino de Informática | 37 | 33 | 25 | 11 | 33 |
| Ensino da Economia e Contabilidade | 3 | 13 | 4 | 8 | 10 |
| Ensino de Artes Visuais | 143 | 100 | 60 | 22 | 40 |
| Ensino da Música | 70 | 101 | 170 | 201 | 277 |
| Total | 2549 | 2156 | 2195 | 1688 | 1718 |

In <https://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/1495-estudo-estudo-regime-selecao-docentes>

As entidades formadoras que habilitaram, em 2016-2017, o maior número de indivíduos em cursos de mestrado que conferem habilitação profissional para Educadores de Infância foram: “...o Instituto Politécnico de Lisboa (53), o Instituto Politécnico do Porto (28), no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (21), no Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (19) e na Universidade do Minho (19). A Universidade Católica Portuguesa surge como a instituição que menos estudantes certificou nesta área.” Quanto aos cursos de mestrado

que conferem habilitação profissional para áreas não específicas, “... das entidades formadoras com o maior número de diplomados destacam-se o Instituto Politécnico do Porto (69), a Universidade de Aveiro (50), a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti (36) e a Universidade do Minho (34).”

No que respeita aos cursos de mestrado que conferem habilitação profissional para áreas específicas (como o Português, a Geografia, Filosofia), “As entidades formadoras que registam [em 2016/2017] maior número de diplomados [...] são: a Universida-

de do Porto com 161 diplomados, seguida da Universidade de Lisboa (89), Universidade de Coimbra (77), Instituto Politécnico de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa (76) e Universidade de Aveiro (60).”

Partindo da base de dados constante no *site* da DGEEC, <https://www.dgeec.mec.pt/np4/235/>, à qual foram aplicados alguns filtros, podemos verificar que, de 2013 a 2019, se registou uma franca redução (-958) no número de diplomados (licenciatura, mestrado e doutoramento), por ano, na área da educação via ensino, distribuindo-se do seguinte modo:

| Anos | Formação de educadores de infância | Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos) | Formação de professores de áreas disciplinares não específicas | Formação de professores de áreas disciplinares específicas | Formação de Professores e Formadores de Áreas Tecnológicas | Total Geral |
|--------------------|------------------------------------|---|--|--|--|--------------|
| 2013 | 397 | 2119 | | 702 | 894 | 4112 |
| 2014 | 304 | 1928 | | 573 | 721 | 3526 |
| 2015 | 359 | 1901 | | 741 | 695 | 3696 |
| 2016 | 101 | | 1552 | 941 | | 2594 |
| 2017 | 278 | | 1334 | 948 | | 2560 |
| 2018 | 234 | | 1381 | 845 | | 2460 |
| 2019 | 216 | | 1338 | 816 | | 2370 |
| Total Geral | 1889 | 5948 | 5605 | 5566 | 2310 | 21318 |

Número de diplomados, na área da educação via ensino

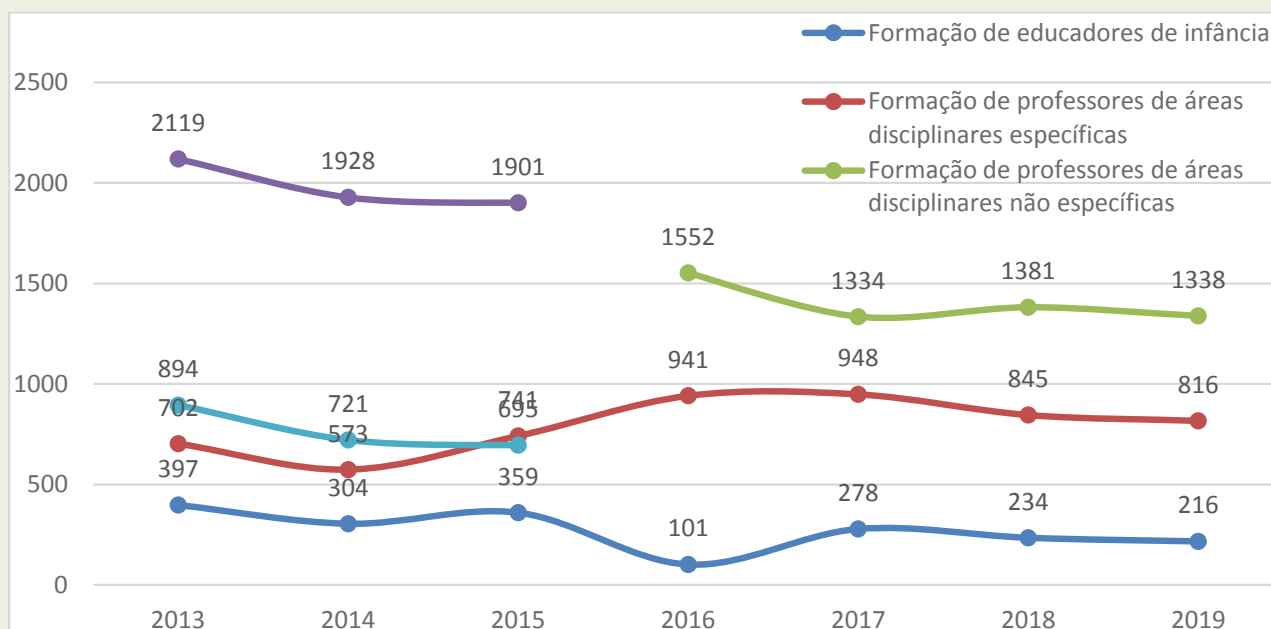




Foto: Designed by Freepik

O mesmo gráfico permite verificar que, não obstante a enorme diversidade de cursos nas áreas disciplinares específicas (Matemática, Ciências, Geografia, Línguas, Literaturas, Artes, Direito, Filosofia, Economia, Educação Física, entre muitas mais), existe uma tendência para a formação em áreas disciplinares não espe-

cíficas, conforme se pode verificar em 2019 (e noutros anos), onde a diferença foi de menos 522 diplomados.

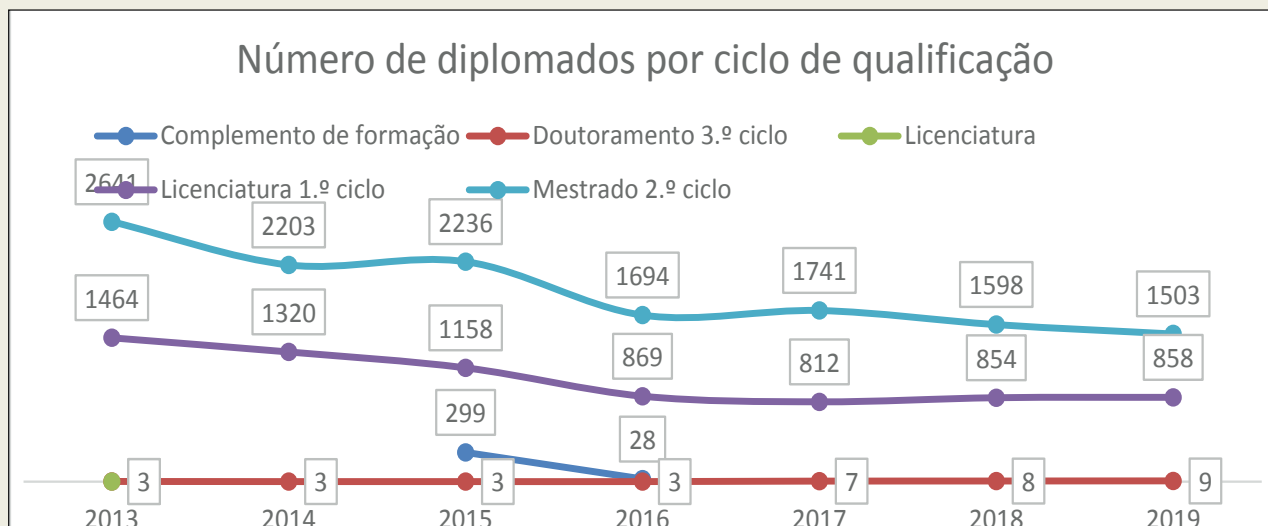
Esta tendência para uma formação mais generalista poderá ser explicada pelo facto de esta permitir aos futuros docentes optar por mais de um grupo de recrutamento ou de ciclo de ensino.

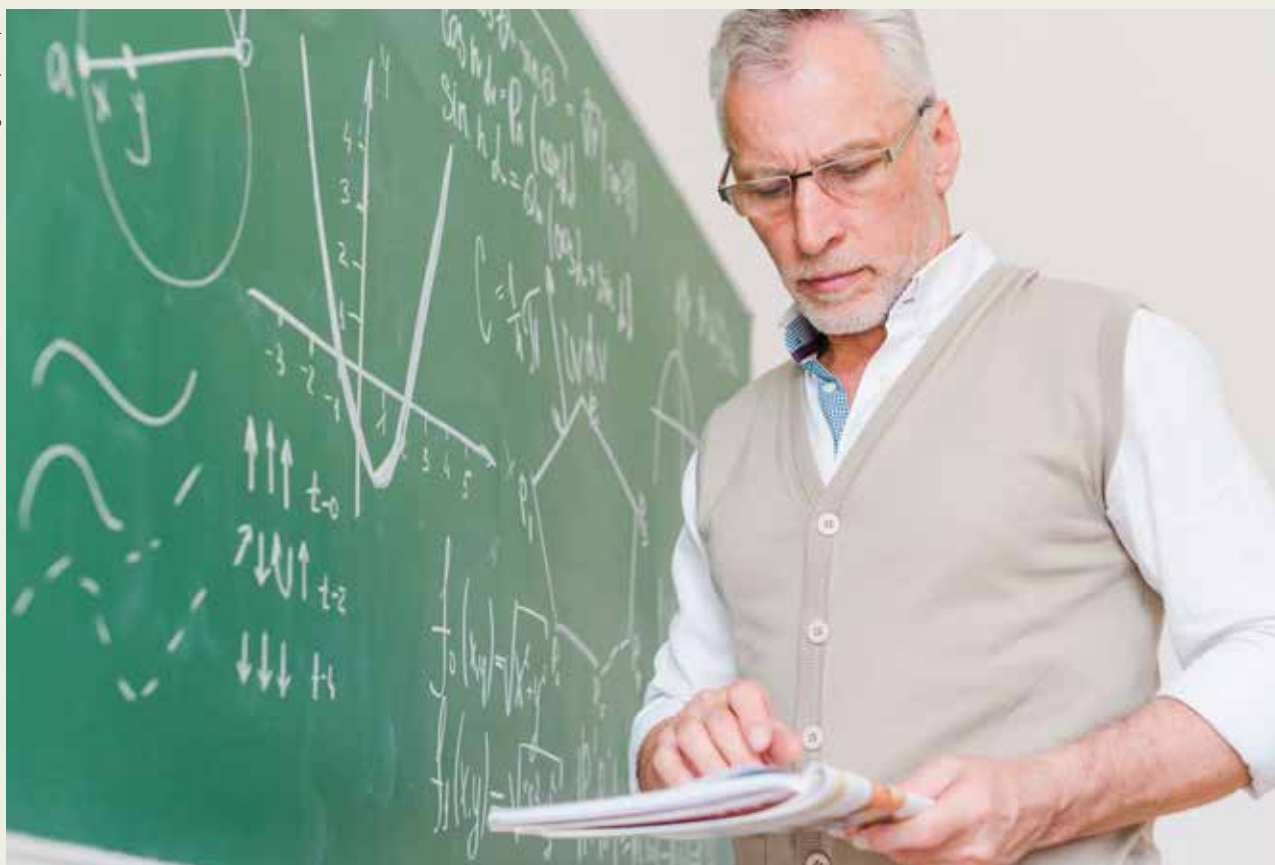
Podemos, ainda, analisar os dados relativos ao número de diplomados por ciclo de formação e verificamos que a maior parte da formação realizada é ao nível do mestrado e que o número de doutoramentos é residual, dado que, entre 2013 e 2019, são realizados apenas 37 doutoramentos. ■

Número de diplomados por ciclo de formação

| Ano | Complemento de formação | Licenciatura | Licenciatura 1.º ciclo | Mestrado 2.º ciclo | Doutoramento 3.º ciclo | Total Geral |
|--------------------|-------------------------|--------------|------------------------|--------------------|------------------------|--------------|
| 2013 | | 3 | 1464 | 2641 | 4 | 4112 |
| 2014 | | | 1320 | 2203 | 3 | 3526 |
| 2015 | 299 | | 1158 | 2236 | 3 | 3696 |
| 2016 | 28 | | 869 | 1694 | 3 | 2594 |
| 2017 | | | 812 | 1741 | 7 | 2560 |
| 2018 | | | 854 | 1598 | 8 | 2460 |
| 2019 | | | 858 | 1503 | 9 | 2370 |
| Total Geral | 327 | 3 | 7335 | 13616 | 37 | 21318 |

Número de diplomados por ciclo de qualificação





Redução da componente letiva do pessoal docente - artigo 79.º

• **Paula Rodrigues**

Dirigente do SPGLI

Como se processa a redução do artigo 79.º de acordo com o ciclo de ensino?

O artigo 79.º do ECD prevê a possibilidade de os docentes poderem beneficiar de reduções na componente letiva que, por terem na sua génese o desgaste rápido provocado pela profissão, assentam em dois fatores a ele associados: a idade e o tempo de serviço. O mesmo artigo estabelece dois regimes distintos, um para os docentes da educação pré-escolar e

do 1.º ciclo do ensino básico em regime de monodocência e outro para os docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, do ensino secundário e da educação especial.

No que respeita aos docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico em regime de monodocência que completarem 60 anos de idade, independentemente de outro requisito, podem requerer a redução de cinco horas da respetiva componente letiva semanal.

Quando atingirem 25 e 33 anos de serviço letivo efetivo em regime de monodocência, podem ainda

requerer a concessão de dispensa total da componente letiva, pelo período de um ano escolar.

Esta dispensa (aos 25 e 33 anos de serviço) pode ser usufruída num dos cinco anos imediatos àquele em que se verificar o requisito exigido, ponderada a conveniência do serviço. A componente não letiva de estabelecimento é limitada a vinte e cinco horas semanais e preenchida preferencialmente pelas atividades previstas nas alíneas d), f), g), i), j) e n) do n.º 3 do artigo 82.º.

Na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, a distribuição de serviço aos profes-

res que beneficiam das dispensas ao abrigo do artigo 79 do ECD encontram-se frequentemente feridas de ilegalidade, pois é comum, principalmente nas dispensas referentes ao ponto 3 (25 e 33 anos de serviços), serem atribuídas funções fora do ponto 7 do art.º 82.º – componente não letiva – nomeadamente obrigarem os docentes a dar apoio a grupos de alunos (no 1.º ciclo), assim como atribuírem-lhes substituições de professores por faltas de curta duração.

Esta situação, uma vez que o pedido de dispensa é facultativo, origina que muitos docentes do 1.º CEB não queiram usufruir das respetivas dispensas, pois preferem ficar com as suas turmas a terem de substituir outros docentes na mesma escola ou noutras no mesmo agrupamento ou desempenharem todo o tipo de funções efetivamente letivas, que vêm acrescentar instabilidade e sobrecarregá-los ainda mais.

Em relação aos docentes dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, do ensino secundário e da educação especial, as reduções da componente letiva, com um limite máximo de oito horas, dependem da verificação simultânea dos seguintes requisitos:

- Duas horas para os docentes que atinjam cumulativamente 50 anos de idade e 15 anos de tempo de serviço;
- De mais duas horas quando os docentes atinjam cumulativamente 55 anos de idade e 20 anos de serviço docente;
- De mais quatro horas quando atinjam 60 anos de idade e 25 anos de serviço docente.

As horas que são reduzidas na componente letiva ao abrigo do art.º 79.º revertem para a componente não letiva de estabelecimento. Porém, acontece que, em muitas escolas, são marcadas atividades efetivamente letivas na componente não letiva de estabelecimento do docente, sobrecarregando-o de trabalho. Contudo, se o legislador decidiu pela redução da componente letiva como

medida para compensar o rápido desgaste profissional, as horas de redução não poderão reverter para a realização de atividades letivas, como as coadjuvações, os apoios a grupos de alunos e as substituições de outros docentes por ausência de longa duração (superior a 5 dias letivos, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, ou a 10 dias letivos, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário) ou que envolvam a aplicação de planos de aula, só aceitável nos termos do n.º 7, a) e b) do art.º 82º do ECD. Neste ponto, os sindicatos da FENPROF defendem que a redução da componente letiva ao abrigo do art.º 79.º deve reverter para a componente não letiva individual de trabalho.

Quando produzem efeitos as reduções da componente letiva ao abrigo do artigo 79.º?

As reduções da componente letiva ao abrigo do artigo 79.º produzem efeitos no início do ano escolar imediato ao da verificação dos requisitos exigidos e determinam o acréscimo correspondente da componente não letiva de estabelecimento de ensino, mantendo-se a obrigatoriedade da prestação de trinta e cinco horas de serviço semanal, divididas pela componente letiva, não letiva de trabalho individual e não letiva de estabelecimento.

Poderá um docente contratado beneficiar de redução da componente letiva ao abrigo do artigo 79.º?

O art.º 79.º refere-se constantemente a “docentes”, não discriminando em momento algum os professores que se encontram vinculados com um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos docentes contratados. Aliás, o artigo 2.º

do ECD é bem explícito quando afirma que “Para efeitos da aplicação do presente Estatuto, considera-se pessoal docente aquele que é portador de qualificação profissional para o desempenho de funções de educação ou de ensino, com caráter permanente, sequencial e sistemático ou a título temporário”.

Esta matéria foi desenvolvida no artigo da Dra. Fátima Anjos “A redução da componente letiva do pessoal docente”, publicado no “Consultório Jurídico”, na *Escola Informação* n.º 23, de dezembro de 2019 (<https://www.spgl.pt/a-reducao-da-componente-letiva-do-pessoal-docente>).

Artigo 79.º e horas extraordinárias

De acordo com o artigo 83.º do ECD, “Serviço docente extraordinário”, “Considera-se serviço docente extraordinário aquele que, por determinação do órgão de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino, for prestado além do número de horas das componentes letiva e não letiva registadas no horário semanal de trabalho do docente”.

“O docente não pode recusar-se ao cumprimento do serviço extraordinário que lhe for distribuído resultante de situações ocorridas no decurso do ano lectivo, podendo, no entanto, solicitar dispensa da respectiva prestação por motivos atendíveis”.

Porém, “Não deve ser distribuído serviço docente extraordinário aos docentes [...] que beneficiem de redução ou dispensa total da componente letiva nos termos do artigo 79.º, salvo nas situações em que tal se manifeste necessário para completar o horário semanal do docente em função da carga horária da disciplina que ministra”. ■

Foto: Designed by Freepik



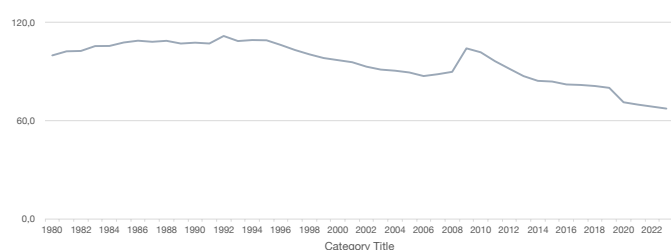
Professores: excesso ou falta? Ainda há quem queira ser professor?

No passado dia 15 de outubro, decorreu, na sala Veneza do Hotel Roma, uma reunião “intersectorial” (isto é, dos diferentes setores) na qual foi incluída uma análise/discussão sobre o tema “Procura, oferta e contratação de professores”. O tema contou com a participação da professora do ISCTE Isabel Flores.

Isabel Flores, sublinhando o princípio de que são necessárias políticas diferentes para situações diferentes, começou por fazer notar que o número de alunos no sistema está em queda desde 2012 (uma queda de 20% em relação a 1980) e que as projeções para o futuro apontam para a continuação da queda. Esta situação parece em contraciclo com o facto de no mesmo período ter aumentado, em cerca de 25%, o número de professores no sistema educativo (Nota: nestes dados não está incluído o superior.). **Ver quadros 1 e 2** Foram sugeridas algumas possí-

. Quadro 1

Procura – Índice alunos no sistema (1980=100)

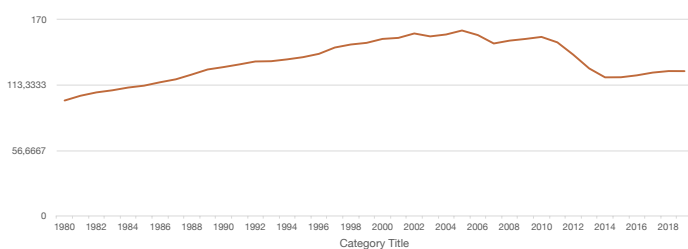


<https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+total+e+por+n%c3%advel+de+ensino-1002-7951>

10/10/2020

. Quadro 2

Oferta de Professores Índice Professores no sistema (1980=100)



<https://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Docentes-43>

10/10/2020

veis explicações:

- Possível aumento do número de horas letivas dos alunos: em Portugal a carga horária letiva anual dos alunos é superior à média da OCDE; e têm mais disciplinas;
- Ocupação, na escola, dos docentes em atividades de cariz social, acompanhamento de alunos e outras.
- Saída de professores para outras profissões

Um “ratio” difícil de explicar (e de aceitar)

Recorrendo a recentes estudos internacionais, e sustentando ainda esta “contradição”, a oradora referiu que o rácio professor/aluno no país está a baixar (10/11 alunos por professor) e é melhor que a média na OCDE. Com estes dados, como explicar o excesso de trabalho, indiscutível, sistematicamente denunciado pelos docentes? Como justificar o rácio indicado quando a experiência dos docentes, particularmente no 2º,3º ciclos e secundário aponta para que, em regra, cada professor tenha várias turmas, o que perfaz entre 100 e 130 alunos?

Professores: falta e excesso ao mesmo tempo?

Também aqui parece haver alguma contradição, sublinhou Isabel Flores. É verdade que nos últimos anos em muitas escolas não foi possível colocar professores em algumas disciplinas (e a tendência é para agravar) mas, no último concurso, de cerca de 35000 candidatos (o número de candidaturas é superior porque alguns professores se candidatam a mais do que um grupo de recrutamento) foram colocados apenas 1950, isto é, 3,5%. O número de professores “em excesso” é particularmente visível no 1º ciclo, mas também em várias disciplinas de outros

ciclos.

No debate suscitado pela intervenção de Isabel Flores foi sublinhado que parte desta equação se explica pelo facto de uma parte significativa de horários a concurso serem “horários incompletos”, com vencimento claramente insuficiente para viver em áreas como Lisboa ou Algarve, zonas onde a falta de professores é, de momento, mais grave. Daí a proposta a apresentar ao ministério de rever o que se define como horário incompleto, de modo a que as escolas possam completá-los com outras atividades quando a carga letiva for inferior à estipulada para um horário completo.

Situação ainda mais difícil quando se trata, não de um horário anual, mas de uma substituição temporária que não justifica economicamente a deslocação do docente de uma zona do país para outra. Isabel Flores infor-

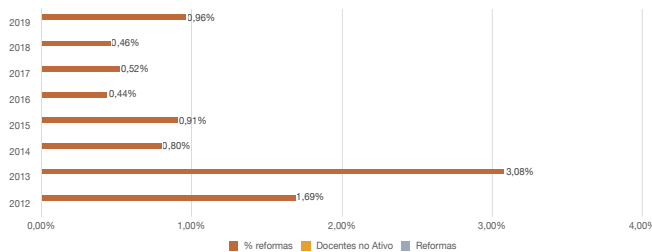
mou que este problema dos docentes contratados para substituições temporárias é transversal a muitos países.

Será a profissão docente popular e atrativa?

Os dados apontados pela oradora indicam que não é. Os professores são uma classe envelhecida e o desejo de aposentação é crescente. O número de aposentações foi elevado em 2013, sofreu uma ligeira queda nos anos seguintes, mas retomou a tendência crescente em 2018. A falta de atratividade manifesta-se, também, na redução do número de candidatos à docência: com um pico em 2011/2012, com a introdução do “processo Bolonha”, entrou rapidamente em queda: os alunos em mestrado nestas áreas caíram de 7000 para 4000!. **Ver quadros 3 e 4.** ■

. Quadro 3

% de docentes que se reformaram (em linha com a restante FP)



Caixa Geral de Aposentações e DGEEC

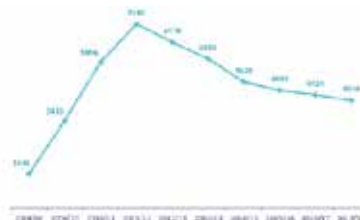
10/10/2020

. Quadro 4

Atratividade para os jovens

Número de alunos inscritos em mestrados que conferem habilitação para a docência – todas as áreas e níveis disciplinares do pré-escolar ao secundário.

A área da educação atraiu 10,4% dos alunos em 91 (19.600) e em 2018 3,5% (13.050)



10/10/2020



Os novos Proletários

Joaquim Jorge Veiguinha

A primeira revolução industrial esteve na origem do proletário, que se manteve também no decurso da segunda. A característica deste novo sujeito histórico era, relativamente ao escravo da Antiguidade Clássica e ao servo medieval, a liberdade de vender a sua força de trabalho no mercado, uma liberdade formal, já que estava despojado dos meios de produção que pertenciam aos que o contratavam. Desde o momento em que transpunha os portões da fábrica, esta liberdade terminava, pois ficava submetido à autoridade do empregador ou de quem o representava no local de trabalho. Neste sentido, transformava-se num trabalhador subordinado submetido a uma organização de trabalho e a um aparato tecnológico que não controlava. O capitalismo digital contemporâneo gerou um novo tipo de proletário, o proletário das plataformas informáticas. Ao contrário do primeiro, este é formalmente um trabalhador autónomo proprietário do próprio instrumento de produção, responsável pela utilização ou gestão da própria força de trabalho no decurso do processo laboral. Ken Loach, No seu filme “Sorry if we missed you” (2019), dá-nos o exemplo deste trabalhador-novo tipo: o protagonista da película efetua entregas ao domicílio com uma carrinha de que é proprietário sob o controlo de uma empresa de distribuição para a qual este não é um trabalhador assalariado, mas um ‘colaborador’ pago à comissão em função das encomendas que entrega, sem horário fixo, mas com um horário totalmente desregulamentado, obrigado a competir com os colegas de trabalho para conseguir entregar o maior número de encomendas e que é fortemente penalizado, ou mesmo despedido, se não consegue recorrentemente atingir os objetivos mínimos estabelecidos ou entrega um número mais baixo de encomendas das que

são entregues por outros considerados mais ‘diligentes’, ‘empenhados’ ou que revelam um maior ‘espírito de iniciativa’ na gestão da própria força de trabalho.

A civilização do algoritmo

Apesar da sua pretensa autonomia, o proletário das plataformas digitais está submetido a uma organização de trabalho que o controla à distância através de um algoritmo, de um conjunto de instruções informáticas que calculam o tempo e as deslocações do trabalhador e permitem também saber em qualquer momento onde está, o que faz, etc., um ‘big brother’ que calcula também em quanto tempo este deve entregar um pedido e quantos pontos vai acumulando, uma espécie de ‘avaliação de desempenho’ de que desconhece completamente os critérios que se configuram num algoritmo periodicamente otimizado para ‘melhorar’ o ‘rendimento laboral’. Como os tempos para a entrega dos pedidos num determinado percurso tendem a reduzir-se cada vez mais em função destes critérios de otimização, milhares de distribuidores circulam cada vez mais rapidamente para não perder encomendas e aumentar a sua pontuação, o que gera inúmeros acidentes, muitos dos quais mortais.

Uma sentença histórica

Na última semana de setembro o Supremo Tribunal de Justiça espanhol decidiu que os distribuidores de encomendas ao domicílio não são trabalhadores autónomos, mas trabalhadores dependentes. Trata-se de uma sentença histórica que, no entanto, ainda não foi adotada pela legislação de outros países em que estas formas de trabalho falsamente autónomo se multiplicam cada vez mais. As plataformas digitais, com os seus algoritmos, demonstram que a inovação tecnológica da 3ª revolução industrial não contribuiu para a emancipação do trabalhador, mas,

pelo contrário, para formas mercantis de dominação cada vez mais sofisticadas relativamente às quais é impossível escapar, pois o controlo sobre o alegado desempenho do trabalhador, responsável pela sua própria ‘performance’, é total. Neste aspeto, o novo proletário é menos livre não apenas do que o velho proletário, mas também que o servo medieval que, apesar da subordinação ao proprietário eminente da terra, não estava submetido aos seus brutais ritmos de trabalho, desfrutando de um ‘tempo livre’ que lhe era concedido pelos inúmeros feriados religiosos.

A este propósito vale a pena refletir sobre estas considerações desconcertantes do filósofo Boris de Groys, em entrevista concedida ao diário espanhol *El País*, que compara as “vantagens” da liberdade “concedida” pela burocracia soviética pós-estalinista relativamente à liberdade ocidental do capitalismo onde vigora o chamado “mercado livre”:

“A única liberdade que na verdade conta é a de ser livres do trabalho. E nos países comunistas governava uma burocracia que, pelo menos de acordo com a minha experiência, era muito negligente. Assim podias iludi-la com facilidade. Em contrapartida, ninguém pode escapar das redes do mercado, porque dependes dele, do dinheiro que te proporciona para viver. Existe uma ideia falsa no Ocidente de que a vida está repleta de desejos. Porém, se libertas alguém das suas obrigações, vai dormir. A verdadeira liberdade é não trabalhar. Por isso, havia tanta liberdade nos países comunistas, porque ninguém mexia uma palha [*no dava ni golpe*]. E por isso existe tão pouca num mundo dominado pelo mercado” (Groys, Madrid, 26. 07. 2008, p. 12).

Decididamente o trabalho – assalariado ou falsamente autónomo – não emancipa: escraviza. ■



Entrevista com

José Feliciano Costa

Presidente do SPGL

A escola precisa de ser valorizada É um caminho que tem de ser feito

• Lígia Calapez

Jornalista

Podemos começar por uma breve síntese das propostas da FENPROF para o OE2021.

Em relação às propostas da FENPROF para o OE2021, a estrutura do texto é muito idêntica à de 2020 e de 2019. Porque os mesmos problemas permanecem.

O que nós entendemos – e já o dissemos – é que o Orçamento de Estado deve contemplar todo um conjunto de

questões que, para nós, são centrais. Nomeadamente a recuperação do tempo de serviço; a aposentação/rejuvenescimento da profissão; os horários de trabalho, o que implica mais professores nas escolas; e a precariedade.

Estas são propostas para as quais consideramos que o Orçamento de Estado tem de incluir as respetivas verbas.

Uma outra questão, que para nós é central – até porque estrutura também

muito o nosso pensamento e poderia resolver muitas coisas – é o investimento na educação. Investimento em que voltamos a estar abaixo da média dos países da OCDE. A proposta que apresentamos este ano é a de se atingir, até 2023, os 6% de investimento na educação. Em 2021 seria os 4%, em 2022 os 5% e em 2023 os 6%. Pensamos que esta é uma necessidade fundamental.



Foto: Joana Rodrigues

Continuamos a ter uma percentagem significativa da população com baixa taxa de escolaridade. E esse foi um défice particularmente sentido agora, com a crise.

A crise atinge toda a gente. Mas atinge sempre mais a população mais desfavorecida. E onde é que se notaram as grandes quebras de emprego? (Não em particular nesta crise, mas na outra também.) Na população menos escolarizada. É significativo que nalguns setores, mesmo na crise anterior, nomeadamente nos setores mais qualificados, ou não houve baixa ou houve mesmo um aumento da população empregada. E

nos setores que são maioritários, onde está a população menos qualificada, há um acréscimo brutal do desemprego. E isso corresponde a falta de investimento na educação.

Portanto, destacamos estas duas questões: aumento do investimento na educação, em sentido lato; que também contemplasse as nossas reivindicações centrais.

Numa perspetiva de ensino de qualidade – de uma escola pública de qualidade – quais destas exigências considerarias mais importantes?

Em conversa, aqui há dias, um diretor dizia que não se valoriza a escola sem se valorizar os recursos humanos. E foi buscar um exemplo concreto: estava com falta de assistentes operacionais (que aliás é um problema já endémico) e disse – *Nós temos aqui alguma dificuldade. Mas também percebo que vir para uma tarefa destas, que é uma tarefa exigente, para ganhar o salário mínimo, é complicado.* Para concluir: *Não se pode valorizar a escola sem se valorizar os seus recursos humanos.* E de facto é isso.

Segundo os dados do PISA – os resultados dos alunos portugueses estão cada vez melhores. Isso está muito ligado, também, ao trabalho dos professores. Mesmo com a falta de condições que temos vindo

a denunciar. E apesar de termos hoje, nas escolas, uma classe docente já desiludida (desiludida, mas que continua aplicada). Desiludida porque está envelhecida, porque os seus horários de trabalho estão sobrecarregados, porque as escolas têm falta de recursos humanos.

A escola precisa de ser valorizada. Precisa de um claro investimento nos recursos, melhores condições, mais assistentes operacionais, mais professores nas escolas, mais professores de apoio, gente mais nova nas escolas. Isto é fundamental. É um caminho que tem de ser feito.

Uma questão abordada, em recente documento do CNE, é também a da falta de técnicos, como psicólogos, animadores sociais.

Sim. É uma questão que também tem surgido. Os técnicos são fundamentais nas escolas, em geral. Mas há áreas e zonas onde eles são particularmente imprescindíveis.

As crianças com necessidades educativas especiais precisam de uma estrutura de apoio. Que tem de envolver os seus professores de ensino especial. Mas também toda uma equipa que trabalha com eles – os psicólogos, terapeutas, outros técnicos com outras valências e, claro, os assistentes operacionais.

Em bairros sociais – e eu já estive numa escola dessas, no Vale da Amoreira – são muitos os problemas. Tive turmas em que 99% dos alunos eram de origem africana. Eram miúdos que estavam sozinhos em casa – porque os pais estão a trabalhar longe de casa, no estrangeiro por vezes. Estes jovens cuidavam de si e dos irmãos. E estas são escolas – as chamadas escolas TEIP – que precisavam de ter um acréscimo de recursos humanos, nomeadamente de técnicos.

A falta de técnicos faz-se ainda sentir mais agora, com esta pandemia.

Eu, por exemplo, tinha uma turma – que nós chamávamos de “fim de linha”. São miúdos que foram recuperados e que tinham um currículo adaptado. Mas, na pandemia, desapareceram todos do radar. Há ali uma falha de ligação – que só os professores não conseguem resolver. É preciso uma estrutura de apoio.

Penso que a valorização da escola passa por aí também. Mais técnicos de qualidade, mais recursos. Isto é tudo *uma pescadinha de rabo na boca.*

Retomando a questão do financiamento. O OE2021 prevê um reforço de cerca de 500 milhões de euros para a Educação. Isto corresponde minimamente às necessidades?

Só avaliando e comparando.

O Relatório deste OE2021 prevê um aumento de 467,9 milhões de euros no setor da educação (pré-escolar, ensino básico e ensino secundário). O bolo global é de 7017,1 milhões de euros para 2021. Em 2020 o valor estimado foi de 6549,2 milhões de euros.

A questão é que, no valor total orçamentado, 553,5 milhões de euros vêm dos fundos europeus. Vêm destinados à escola digital, à redução do amianto, obras de requalificação da Parque Escolar e, eventualmente, à formação contínua no âmbito da inclusão.

O problema dos fundos estruturais é a desorçamentação. A verba, por parte do orçamento, pode mesmo diminuir e ser de algum modo compensada por verbas que vêm dos fundos estruturais europeus que são volúveis. Os fundos deveriam ser utilizados como mais-valias, não como substituto de transferências e responsabilidades que são do OE.

Além disso, essas verbas entram através de projetos, de programas, através de gente que se candidata a programas – e que muitos nada têm a ver com a escola pública. Tivemos situações de empresas, multinacionais, do ramo da indústria, do comércio, que se candidavam a fundos, para entrar como projetos dentro das escolas. Não eram propriamente entidades ligadas às comunidades educativas. E isso é preocupante.

Em relação aos professores não se fala de qualquer aumento do seu número.

Aliás – falando do plano de recuperação de António Costa e Silva – em relação a esta questão há apenas uma paragrafozinho. Que nos parece preocupante.

Em causa está a pré-aposentação. Não sei em que condições isso vai ser discutido. Mas é admitida a possibilidade do rejuvenescimento da população docente, dos professores. Admite-se a entrada e a vinculação de novos professores, mas numa estrutura de carreira diferente. Quer isto dizer que podemos vir a ter, por um lado, os “velhos professores”, com a sua estrutura da carreira e, por outro, a entrada de gente nova (nos próximos 9-10 anos é possível que



saíam 50-60% dos professores, por limite de idade; com uma pré-aposentação ainda irão sair mais).

Ou seja, o governo está a admitir a possibilidade de entrada de uma vaga de novos professores, mas noutra estrutura de carreira. Poderemos ter, então, o mesmo sistema, com duas estruturas de carreira e com professores a ganharem de forma muito diferenciada.

Entre as medidas previstas no novo OE, alguma delas corresponde ou não às preocupações e propostas da FENPROF? Já falamos aqui da subavaliação das necessidades de recursos humanos nas escolas. E que dizer em relação à necessidade acrescida de apoios aos alunos?

Há uma subavaliação dos recursos humanos. E vamos ter, desde já, um problema complicado.

A pandemia levou a que um conjunto significativo de alunos ficasse para trás, saísse do *radar*. Isso implicava que a abertura, em setembro, fosse olhada com outra perspetiva, que não foi. Não só as questões da segurança, em termos de saúde. Mas implicava que se olhasse para quem ficou para trás de outra forma, implicava um investimento diferente nas escolas, nomeadamente para apoios. Não só para as crianças com necessidades educativas especiais. Mas para um conjunto significativo de alunos que se perdeu pelo caminho.

Isso não foi feito. Não houve nenhum apor de professores nas escolas. Os professores são os mesmos.

Foi anteriormente falada a possibilidade de um acompanhamento personalizado a alunos com dificuldades.

Sim. Mas não foi concretizado. Ou antes – isso, de alguma forma, em algu-

mas escolas ou na maioria das escolas, está a ser feito. Mas da pior forma. Sobrecarregando os horários de trabalho dos professores.

Por isso mesmo, a partir de 27 de outubro, vamos outra vez avançar com a greve ao sobretrabalho. Esta greve ao sobretrabalho está ligada à sobrecarga que está a ser pedida aos professores – nomeadamente para os apoios, agora para as aulas de substituição, para as aulas televisionadas para os miúdos que têm que ficar em casa. Uma panóplia de coisas que agrava ainda mais o que já era o sobretrabalho dos docentes. A greve é por causa disso. Ou seja, entronca no mesmo problema – a falta de mais professores (e brevemente vai disparar o pedido de atestados), a falta de recursos humanos nas escolas.

Há investigadores que defendem que há professores a mais, considerando que a população escolar diminuiu, pelo que, em termos relativos, a percentagem de professores aumentou.

Essa conclusão resulta de se fazer apenas a conta: X alunos por X professores.

Houve uma diminuição do número de alunos no ensino secundário. Mas houve um aumento de alunos no pré-escolar e no 1º ciclo. Não houve uma diminuição generalizada de alunos.

Mas – na escola – não se pode fazer essa conta mecânica. A escola tem um conjunto de valências. Há outras contas que também têm de ser feitas. Há professores com a redução por idade (do artigo 79º), professores coordenadores de departamento, todos os professores que estão noutras funções. O professor com o 79 exerce outras funções – normalmente são coordenadores de departamento, dão apoios e fazem



uma panóplia de coisas na escola. Atualmente a escola tem muito da componente não letiva, nomeadamente muito trabalho burocrático. Portanto – o professor está lá as 35 horas, tem uma redução da componente letiva, que é “compensada” por outras valências. Tudo isto são funções que a escola tem de ter.

Depois, temos as turmas reduzidas, os alunos com necessidades educativas especiais, os professores de apoio. Para além das vantagens que haveria em ter turmas com menos alunos. Eu, por exemplo, estive a dar uma aula numa turma com 28 miúdos, sem espaço nenhum lá dentro. Para passar entre carteiras só consigo fazê-lo de lado.

Assim, se fizermos uma conta mecânica, admito que se considere haver professores a mais. Mas se tivermos em conta o conjunto das necessidades reais da escola, não há, de certeza, professores a mais nas escolas. Aliás, hoje em dia, quem conhece uma escola, percebe que os professores estão sobrecarregados, estão com horários dilatadíssimos. Isso prova que não há professores a mais nas escolas.

Gostaria de abordar outro aspeto - que agora não estará a ser muito contemplado, dadas as circunstâncias - que é o trabalho de projeto. Projetos que, provavelmente, implicam a necessidade de mais professores,

mais trabalho de coordenação.

Eu também participei em projetos. E os professores, de certa forma, a certa altura, participavam *pro bono*. A componente não letiva de estabelecimento não estava regulamentada. Os professores iam dar aulas e depois envolviam-se na escola numa miríade de projetos. A partir do momento em que a componente não letiva foi regulamentada – agora, para além do horário das 22 horas tem de se marcar tudo o resto – os professores foram desistindo desses projetos, porque havia ali um caráter de obrigatoriedade, mas também porque tinham as restantes horas após a componente letiva já preenchidas com um conjunto de tarefas.

Então, os projetos que existem hoje nas escolas, são feitos de que forma? Ou é na componente não letiva de estabelecimento (que é o pós-aulas) – há muito poucas escolas a fazer isso. Ou são escolas que têm essa valência, essa especificidade – mas são muito poucas. Há projetos de iniciativa de alguns professores. No Barreiro, por exemplo, há um projeto de teatro da iniciativa de duas professoras (em articulação com uma escola de teatro). E também tenho conhecimento de uma oficina de filosofia. Mas é tudo trabalho *pro bono*, fora das componentes letiva e não letiva.

E a perda destes projetos não é uma perda para os alunos?

Sim. Eu penso que sim. E é pena.

Porque os miúdos gostam, os miúdos envolvem-se. E dá-lhes a possibilidade de desenvolverem outras capacidades e valências um acréscimo de responsabilidades.

A machadada nisso foi a regulamentação do resto do horário (para além da componente letiva). Foi uma machadada muito grande em muitos desses projetos.

Retomando a questão da aposentação. As medidas anunciadas em relação à aposentação dos professores – contribuindo também para o necessário rejuvenescimento da profissão – correspondem, ou não, às exigências sindicais nesta área?

Nós tínhamos, na carreira docente, duas situações. O grosso dos professores com a mesma reforma dos restantes funcionários da administração pública (ligado ao fator de sustentabilidade da idade). E, depois, tínhamos uma especificidade na carreira docente – os professores do 1º ciclo e do pré-escolar, que tinham menos tempo de serviço, um regime especial de aposentação, porque não tinham as reduções da componente letiva. Como os docentes dos outros ciclos, tinham sempre as 25 horas letivas e, portanto, tinham um regime diferente.

Quando a aposentação foi sendo alterada acabou também, para os professores

do 1º ciclo e do pré-escolar, essa especificidade. Assim, nós tivemos uma penalização, porque a idade da reforma foi aumentada, e eles uma dupla penalização, porque a idade da reforma foi aumentada e porque perderam aquela especificidade.

Neste momento o que temos é uma proposta para uma pré-reforma. Não sei em que condições se irá concretizar. O que defendemos é que, a haver uma discussão de uma pré-reforma, tem de ser discutida com os professores. Porque parece que o governo está a tentar discutir aquilo no bolo da administração pública. A carreira dos professores tem algumas especificações. E, portanto, a discutir uma situação de pré-reforma, tem de ser discutida com os professores e com as organizações representativas dos professores.

A falta de assistentes operacionais é uma das questões particularmente sentidas na generalidade das escolas. As medidas governamentais, agora avançadas, dão resposta cabal a este problema?

Não sei se darão a necessária resposta ou não. A falta de assistentes operacionais é enorme. É um problema endémico.

Fizemos um périplo pelas escolas e apercebemo-nos (ou confirmámos) quanto este problema é grave.

Falámos com alguns dos diretores de escolas da área do SPGL. Referiram que melhorou um bocado com a entrada da autarquia na colocação de professores, mas dizem que estão ali no limite. Se há um que falta, algum que adoece, e aquilo descamba tudo outra vez. E este é um problema real.

Por exemplo, numa das escolas em que estive, a Josefa de Óbidos, que é mesmo ao lado da Presidência do Conselho de Ministros, o diretor, primeiro, disse-nos – *Estamos satisfeitos*. Mas depois começamos a falar e perguntámos – *Então, mas são suficientes?* – *São, mas à mínima contrariedade, descamba*. E acabou a dizer – *É preciso não esquecer que esta escola tem uma estrutura para 33-34 turmas e nós temos 47-48 turmas*.

Já agora, um episódio interessante, na Ressano Garcia, do mesmo agrupamento, que é uma escola paredes-meias com a Presidência do Conselho de Ministros. Aqui há uns meses – fomos lá numa iniciativa da FENPROF – e um

conjunto de professores veio chamar-nos para falarmos com a coordenadora da escola, que nos deu uma ideia da situação que lá se vive. *Nós temos aqui duzentos e trinta e tal meninos e temos 3 assistentes operacionais. Só que é uma escola com uma tipologia invulgar, com 3 pisos. Mas então o que é que se passa?* perguntámos. *É assim* – respondeu – *O rácio da escola indica que estão lá sete AO, mas é fictício. Está contabilizada uma assistente operacional que se aposentou e duas que estão com atestados prolongados, por acaso uma está hoje a faltar, e temos aqui 3 pessoas.... Destas 3, uma está alocada a uma criança que tem necessidades educativas especiais – e ficam 2 operacionais, mais as professoras que estão aqui a ajudar, com mais de 200 miúdos...*

Coincidência, ou não, fomos recebidos pelo secretário de Estado na Presidência do Conselho de Ministros. Os miúdos estavam a brincar no recreio, aquilo é paredes-meias. E eu chamei-lhe a atenção – *Está a ver aqueles meninos que estão ali a rir? Então eu vou-lhe contar a história daquela escola aqui sua vizinha*. E contei-lhe isto.

É esta a realidade.

Que problemas e exigências maiores continuam sem qualquer resposta, neste OE?

As grandes questões continuam sem resposta.

Estamos com um problema complicado – está a haver um bloqueio negocial por parte do Ministério da Educação. Nós já reiteradamente enviámos ao ME propostas de negociação, documentos, N vezes, e não há resposta.

E há questões importantes, como já referi – o desbloqueamento da carreira, a recuperação de tempo de serviço, o rejuvenescimento da profissão, a aposentação, a precariedade – são questões que nós entendemos que são urgentes. E precisávamos de saber que resposta é que o OE dá a isto.

Dia 26 de outubro estamos outra vez à porta do ME, vamos enviar um ofício. Se eles não disserem nada, estamos a pensar fazer uma queixa à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Porque há uma convenção que obriga o governo à negociação. O que não está a ser feito.

Aliás – há uma prática, agora, nos últimos anos, que é – em sede de OE alte-



ram-se coisas que deviam ser alteradas em negociação coletiva. É uma prática de vários governos. Até alterações à legislação de trabalho já foram feitas em sede de OE, o que não deveria acontecer nunca.

Estamos à espera de um parceiro que negocie connosco. E não existe. O que o ministro nos vai transmitindo, de facto, é que não tem um pensamento para a educação. Nas reuniões, o debate de questões concretas é zero.

Fotos: FENPROF



“Respeitar os professores é valorizar a educação e o futuro”

“Respeitar os professores é valorizar a educação e o futuro” foi o lema da iniciativa da FENPROF do passado dia 5 de outubro, de comemoração do Dia Mundial do Professor. O evento, que se realizou no Porto, no Auditório do Seminário de Vilar, contou com algumas centenas de professores, estando presentes delegações de todos os distritos e das regiões autónomas.

Sofia Vilarigues
Jornalista

“A nossa luta não reduzirá, antes ampliará a nossa disponibilidade para propor e negociar”

Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF, abriu a sua intervenção com os problemas relacionados com a atual pandemia e a resposta dos professores, destacando que “foram extraordinários na vontade e na capacidade que demonstraram”. Quanto às medidas no

âmbito da pandemia para o início do ano letivo, apontou problemas que afetam as escolas. “A insuficiência das medidas previstas saltava à vista, desde logo por não acompanharem as da Direção-Geral da Saúde, o que levou a FENPROF a solicitar, por diversas vezes, reuniões aos responsáveis do Ministério da Educação”.

Mário Nogueira abordou o necessário investimento na educação. “Como a própria OCDE chamava a atenção há dias, em Portugal, desde 2017, o financiamento público da Educação está abaixo da média dos países daquela organização”, afirmou. “Exige-se que Portugal atribua à Educação um financiamento público que corresponda a 6% do PIB, como recomendam as instâncias internacionais. Lançamos ao governo e à Assembleia da República o desafio de atingir faseadamente esse patamar, até final da atual legislatura, chegando aos 4% em 2021, 5% no ano seguinte e, fi-

nalmente, 6% em 2023”.

Falou também da falta de professores, da sua valorização e sua idade e o necessário rejuvenescimento da profissão. E elencou reivindicações. “É, pois, legítimo que os professores exijam que as carreiras docentes deixem de ser progressivamente destruídas por graves distorções que pervertem o ECD, tais como o roubo de tempo de serviço, as ultrapassagens ou o bloqueio imposto pelas vagas, por falta de condições financeiras para que as instituições de ensino superior cumpram o disposto nos estatutos de carreira ou, ainda, por discriminação dos docentes do ensino particular e cooperativo a quem é negado um contrato coletivo de trabalho digno da profissão que exercem; exijam medidas que garantam o urgente rejuvenescimento da profissão docente, permitindo a aposentação dos mais velhos, recuperando os milhares que a abandonaram e atraindo jovens para os

cursos de formação inicial; **pugnem por melhores condições de trabalho** nas escolas, desde logo eliminando abusos e ilegalidades que afetam os horários de trabalho e reduzindo significativamente o número de alunos por turma; **reclamem estabilidade de emprego e profissional** a trabalhadores, no caso, educadores e professores que, ao fim de uma ou duas décadas de bom e efetivo serviço, continuam a viver as incertezas da precariedade e, alguns, a tragédia do desemprego. Temos uma taxa de precariedade na profissão de 17,6%, o que não faz qualquer sentido, pois sabemos que mais de metade dos docentes contratados dão resposta a necessidades permanentes das escolas”. Estas reivindicações levaram a propostas para o Orçamento do Estado para 2021 e ao Ministério da Educação, revelou. A concluir, afirmou: “A nossa luta, que-remos também afirmar, não reduzirá, antes ampliará a nossa disponibilidade para propor e negociar”.

Porquê este dia?

Manuela Mendonça, presidente do Sindicato dos Professores do Norte, presidente do Conselho Nacional da FENPROF, membro da Comissão Executiva da Internacional da Educação (IE), trouxe uma abordagem internacional e histórica.

Sobre o Dia Mundial do Professor, avançou: “Todos os anos, a 5 de Outubro, celebramos o Dia Mundial do Professor. Porquê neste dia? Porque foi num dia 5 de outubro, em 1966, que foi adotada a Recomendação da UNESCO / OIT sobre o Estatuto dos Professores – ainda hoje considerada um marco histórico para a profissão docente. Esta recomendação – aprovada por representantes de 75 países, em Paris, numa conferência intergovernamental especial convocada pela UNESCO – estabelece parâmetros de referência em relação aos direitos e responsabilidades dos professores, assim como em relação à sua formação inicial e contínua, recrutamento, emprego e condições de ensino e de aprendizagem. Contém também numerosas recomendações para a participação dos professores nas decisões educativas, através do diálogo social e da negociação com as autoridades educativas. De forma complementar, o Dia Mundial do

Professor comemora ainda a adoção, em 1997, da Recomendação da UNESCO relativa ao Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Superior, abrangendo também os investigadores”.

O Dia Mundial do Professor comemora-se desde 1994, o ano seguinte ao da constituição da IE. Sobre a IE, salientou: “A Internacional da Educação – organização que a FENPROF integra desde a sua fundação – foi criada a 26 de Janeiro de 1993, em Estocolmo, resultante da fusão da Organização Mundial da Profissão Docente com a Federação Internacional de Sindicatos de Professores Livres, fusão que permitiu não apenas criar a maior federação setorial mundial mas também reunir numa única organização as duas fortes tradições dos sindicatos de educação e das organizações profissionais docentes”.

A concluir, afirmou, sobre a luta dos professores: “Deixando claro – mais uma vez – que não o fazemos por alegados interesses corporativos. Fazemo-lo porque ainda não desistimos de lutar por uma escola mais democrática, por uma educação com mais qualidade, por uma sociedade mais igualitária, por um país mais desenvolvido”.

Isabel Camarinha, Secretária-Geral da CGTP-IN, deixou uma calorosa saudação da CGTP-IN a todos os professores e particularmente aos que “lutam pela valorização da escola pública”.

“Há tanto que estamos a aprender”

Durante o evento foi passado um vídeo em que os membros do Comité Executivo da IE falam das lições que apreenderam com esta pandemia. Deixamos aqui algumas citações deste vídeo que pode ser assistido *online*, no *site* da FENPROF.

Susan Hopgood, presidente da Internacional da Educação, abriu salientando que este é um dia do professor “diferente de qualquer outro, porque o passamos a combater uma das maiores pandemias da história moderna”. David Edwards, Secretário-Geral da IE, sublinhou que neste contexto, “há tanto que estamos a aprender”.

Nadine A. Malloy, da Jamaica, afirmou que “estamos a aprender que um lugar chamado escola é essencial e insubstituível”. Lily Eskelsen García, dos

E.U.A., continuou, “porque as escolas fornecem muito mais do que educação formal, são comunidades onde os alunos fazem amigos, recebem apoio e orientação dos seus professores e aprendem a viver em sociedade.”

Mary Bousted, do Reino Unido, disse que “estamos também a aprender que a tecnologia nunca poderá substituir o ensino e a aprendizagem presenciais”.

Hélène Nekarmbaye, do Chade, salientou que “turmas grandes, edifícios escolares inadequados, falta de instalações básicas de higiene são inaceitáveis”.

Alfonso Cepeda Salas, do México, destacou que “os sindicatos têm uma importância única em momentos de crise”.

Raymond D. Basilio, das Filipinas, apontou que “estamos a aprender que a democracia e os direitos não são inevitáveis nem irreversíveis.”

David Edwards, Secretário-Geral da IE, concluiu que: “E temos de aprender juntos. Para que o mundo aprenda, os professores devem assumir a liderança.”



O maior encontro online de docentes da história

A Internacional da Educação propôs-se, neste 5 de Outubro, realizar o maior encontro *online* de docentes da história: um evento em direto de 24 horas que se realizou em todo o mundo.

O evento juntou mais de 500 mil educadores de todo o mundo. Foi para lá da celebração e tornou-se uma jornada de mobilização e solidariedade mundiais de toda a comunidade educativa, salientou a IE.

Contou com a intervenção de professores de diversos países e contextos e a sua experiência de ensino e apoio aos seus alunos no curso de uma pandemia mundial. Um grupo internacional de intervenientes – presidentes, primeiros-ministros, responsáveis da educação, cientistas e artistas – juntou-se aos professores para discutir os principais ensinamentos da covid-19 e a maneira de abordar as questões fundamentais que a pandemia faz ressaltar com grande clareza, lê-se no *site* da IE. ■

Aulas e apoio aos alunos à distância: sobre a gravação e transmissão em direto de aulas



No quadro atual de pandemia, em muitos e variados estabelecimentos de educação e ensino, públicos e privados, quando uma turma ou alguns alunos são mandados pela autoridade de saúde para quarentena ou isolamento profilático, por ter surgido alguém infetado ou em contacto com alguém infetado, coloca-se a questão de como podem os alunos continuar a manter contacto com a escola (aulas ou apoios) e quem é responsabilizado por essas aulas e apoios.

Esta é uma questão que também se coloca com o acompanhamento dos alunos que não podem ir à escola por serem considerados de risco ou por padecerem de doença grave prolongada. Ao continuar o projeto do estudo em casa, o ME pretende dar acompanhamento aos alunos que estão em casa, como é referido no documento de apresentação do projeto: *“Assim, independentemente de se preservar o ensino presencial como modalidade de ensino privilegiada, estes conteúdos televisivos serão um apoio para os alunos que estiverem em casa, bem como um recurso para todos aqueles que queiram*

aceder a um conjunto de blocos pedagógicos e até como ferramenta pedagógica para os professores em ensino presencial.”

A transmissão direta da aula que vai aparecendo como solução para os alunos que não podem assistir presencialmente é muito questionada pelos professores dado o risco que representa em termos de violação dos direitos à imagem, à reserva de identidade de professores e alunos. Acrescenta-se o risco de os professores verem gravado, adulterado e divulgado o seu trabalho através das redes sociais, como aliás aconteceu no ano anterior agora acrescido do facto de o docente, manifestamente, ter dificuldade ou não conseguir controlar o grupo de alunos em regime presencial e, ao mesmo tempo, os alunos que estão a assistir à aula à distância.

Por outro lado, esta situação de transmissão de aulas é um processo que acentua as desigualdades e assimetrias, uma vez que nem todos os alunos terão equipamento e acesso à internet adequado, nem as condições de habitabilidade necessárias.

Não abdicar das nossas condições de

trabalho, do nosso direito à reserva da identidade e da imagem é lutar pela valorização da profissão docente. É neste contexto que havendo orientações diferentes por parte das direções das escolas para um mesmo problema, muitos são os professores que colocam ao sindicato questões sobre a legalidade das medidas adotadas, direitos e obrigações profissionais neste novo quadro. Entendemos, pois, necessário sistematizar e divulgar alguma informação e reflexão sobre o trabalho, os direitos e os deveres dos docentes neste tempo de grande instabilidade no processo de ensino-aprendizagem.

1.

A autoridade de saúde decide que toda a turma entra em quarentena

Neste caso, nas escolas onde foram criadas condições para os professores fazerem sessões síncronas, tem sido mais ou menos pacífico que o professor da turma/disciplina dá a aula à turma no horário estipulado, organizando-a de acordo com a metodologia que adotar.



2.

A autoridade de saúde decide que apenas um ou alguns alunos entram em quarentena, ficando os restantes alunos na escola em aulas presenciais

Os alunos em causa têm direito a manter a sua atividade escolar, embora de forma diferenciada – à distância.

A ideia de que o aluno deve manter esse contacto assistindo em direto às aulas, através de uma câmara colocada na sala de aula, não é a solução.

Tal modalidade não parece enquadrar-se em qualquer dos regimes definidos no ponto 6 da Recomendação do Conselho de Ministros 50-D/2020 de 20 de julho. Não pode, pois, o professor ser obrigado a aceitar essa situação, nem é razoável, em termos de aprendizagem, que um aluno se veja obrigado a visualizar aulas durante um número consecutivo de horas, como se estivesse na escola, pois o contexto do ensino presencial não é o mesmo.

Recorde-se que, de acordo com recomendações da UNESCO para o ensino a distância, as sessões síncronas não devem ter mais de 20 minutos no ensino básico nem mais de 40 minutos no ensino secundário.

Sendo certo que os alunos têm direito a continuar as suas aprendizagens e as escolas, através dos respetivos professores, o dever de os apoiar, há métodos adequados para o fazer:

a) Ou através de sessões síncronas e assíncronas devidamente preparadas para o efeito.

b) Ou, estando em pleno funcionamento o Estudo em Casa transmitido pela televisão – RTP Memória ou RTP Play os alunos poderão acompanhar as sessões transmitidas para o ano de escolaridade/disciplina respetivos disponibilizando a escola o apoio a esses alunos pelos respetivos professores, nomeadamente em sessões síncronas ou assíncronas.

3.

Acompanhamento dos alunos que por serem considerados de risco e/ou não podem ir à escola por padecerem de doença grave prolongada.

Sendo certo que esta era uma situação que já existia e era acompanhada pelas escolas, é natural que em consequência da pandemia o número de alunos nestas circunstâncias tenha aumentado. A solução para o problema, como sempre, deve ser analisada caso a caso pelo respetivo conselho de turma. Para além da solução específica que em cada escola já antes tinha lugar, esta pode passar pela adoção das estratégias mencionadas nas alíneas a) e b) do ponto 2 deste texto.

Nota importante:

Considerando que tanto as sessões síncronas como assíncronas são preparadas e dinamizadas pelos professores, **esse trabalho deve estar incluído especificamente nos respetivos horários de trabalho.**

Regime não presencial de aulas

É evidente que as alterações impostas pelo regime não presencial de aulas tiveram um impacto significativo na vida profissional dos docentes.

A utilização de plataformas na modalidade de ensino à distância trouxe um conjunto de preocupações aos envolvidos no processo pelos riscos que se encontram bem tipificados no ponto 4 do documento emitido pela CNPD, com data de 8 de abril de 2020, intitulado “Orientações para utilização de tecnologias de suporte ao ensino à distância”. Recomenda-se no citado texto “... que o Ministério da Educação, os diretores dos agrupamentos escolares e os diretores dos demais estabelecimentos de ensino, nos seus diferentes níveis, recorram a plataformas adequadas para garantir que os sistemas usados no ensino à distância não apresentam riscos para a privacidade para os alunos e professores” e ainda que “...toda a co-

munidade escolar siga as boas-práticas respeitantes à proteção de dados, designadamente abstendo-se de tratar dados pessoais que não sejam essenciais para a finalidade pedagógica, adotando comportamentos responsáveis quando disponham de acesso a dados pessoais de alunos, professores e outros titulares dos dados que possam incidentalmente ser visados por elas.”

Destas recomendações parece resultar que o uso das plataformas exige extremo cuidado e, embora a alínea a) do ponto 12 da RCM 53-D/2020 refira que cumpra ao estabelecimento escolar determinar a metodologia mais adequada para a realização das atividades letivas, o direito “... à autonomia técnica e científica e à liberdade de escolha dos métodos de ensino, das tecnologias e técnicas de educação e dos tipos de meios auxiliares de ensino mais adequados, no respeito pelo currículo nacional, pelos programas e pelas orientações programáticas curriculares ou pedagógicas em vigor”, consagrado na alínea c) do artigo 5º do ECD, não se encontra revogado pelo que deverá ser considerado no processo de escolha das escolas.

Neste contexto, é lícito exigir que a determinação pela Direção do uso de uma ou outra plataforma obriga-a, como responsável pelo tratamento de dados, a obter o consentimento dos utilizadores da plataforma e a garantir a conformidade com o RGPD, nomeadamente pela avaliação dos riscos existentes e pela implementação de medidas técnicas e organizativas adequadas. Deverá em consequência elaborar regulamento e/ou código de conduta para docentes, alunos, encarregados de educação e outros, no sentido de mitigar riscos e transmitir confiança aos visados.

No caso específico das sessões assíncronas que envolvam a transmissão de conteúdos editados para o efeito pretendido, para além de tudo o que já foi dito anteriormente, deve ser tido em conta que a única diferença entre esta modalidade e a publicação de um manual, em fascículos, com a matéria a lecionar num determinado ano de um ciclo de estudos é o suporte utilizado para divulgar o conteúdo. Por isso, não podemos esquecer que os docentes que criem estes materiais adquirem direitos de autor sobre os mesmos. ■



Um Orçamento que não serve a Educação

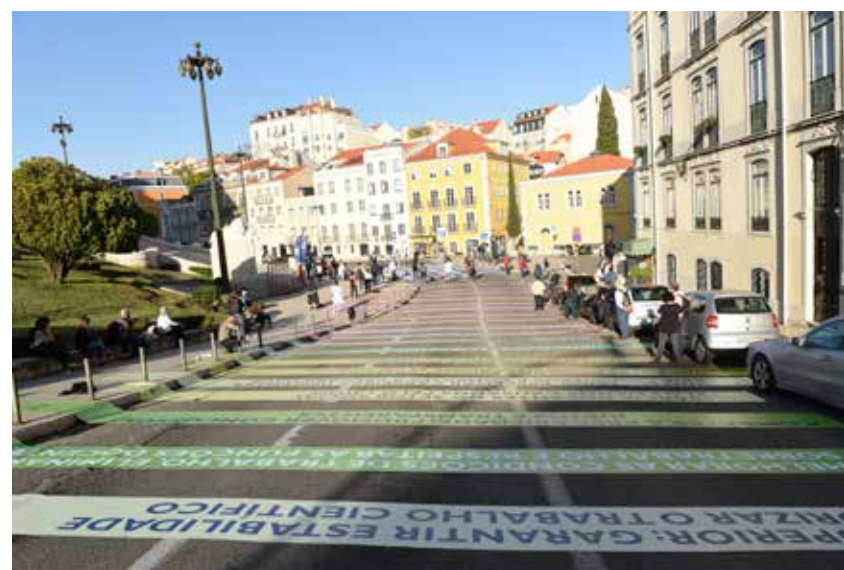


Como pano de fundo uma larga faixa: 6% para a Educação. Atapetando boa parte do largo fronteiro à Assembleia da República até ao cruzamento com a Calçada da Estrela muitas outras faixas, cada uma delas contendo uma reivindicação dos docentes. Foi assim que os sindicatos da FENPROF

mostraram, no dia 29 de outubro, o seu desapontamento pelo conteúdo no Orçamento de Estado para 2021 no que respeita à Educação. Desapontamento e reivindicações que estiveram presentes nas intervenções de Graça Sousa, António de Matos e Mário Nogueira.

Graça Sousa, coordenadora do setor do Ensino Particular e Cooperativo, sublinhou que a FENPROF é inequivocamente a estrutura mais representativa deste setor. Mas há quase 5 anos que a estrutura patronal forçou a caducidade do contrato coletivo assinado com a FENPROF porque esta, ao contrário do comportamento da

FNE, se recusou a aceitar o agravamento das condições de trabalho que a AEPP quis impor. Face à anunciada intenção do governo em reforçar o ensino profissional, Graça Sousa lembrou que esse é o setor onde os docentes são mais mal pagos, têm horários agravados e pior carreira. Referindo-se às IPSS e Misericórdias, Graça Sousa, sublinhou que este setor foi particularmente afetado pela pandemia, com abusivo uso do *layoff*, apesar de serem instituições financeiramente apoiadas pelo Estado. António Matos, do Ensino Superior, resumiu a sua apreciação do OE2021 considerando-o, no que diz respeito



• Fotos: Joana Rodrigues

ao ensino superior e investigação, “uma mão cheia de nada”. Disse que as verbas previstas são inferiores às do OE 2020, situação que é “mascarada” com o recurso a fundos comunitários (25% do total previsto no OE), contrariando a afirmação do governo de haver um aumento de 17%. Contestando também a ideia de que este OE permitiria uma vinculação extraordinária dos docentes em situação precária, António Matos lembrou que dos 1752 processos apresentados por docentes do ensino superior e investigação ao PRE-VPAP, apenas 91 foram até agora regularizados. Sobre o aumento de

4% para apoio à ação social, considerou-o insuficiente face às exigências económicas que a pandemia trouxe às famílias. Defendeu ser errada a aposta orçamental nas redes europeias do aeroespacial em detrimento da economia do Mar. O secretário-geral Mário Nogueira retomou a tese de que só o recurso aos fundos europeus permite “fingir” haver um aumento do OE para Educação, que se mantém muito longe dos 6% do PIB, considerado necessário para a solução de muitos dos problemas que o setor enfrenta. Considerou particularmente difícil de aceitar que ao mesmo tempo que se anuncia um aumento de

profissionais para este setor (3000 entradas) haja uma redução de 3 milhões de euros nas verbas previstas. Sustentou que este OE não inclui medidas que permitam o rejuvenescimento do setor, nem para atrair os melhores para a profissão, numa fase em que já há falta de professores, tendência que se agravará a curto prazo devido às aposentações previstas. Tal como não há no OE, disse, medidas de combate à precariedade nem ao “sobretabalho”, situação que se agrava pela necessidade de dar respostas, nas escolas, à pandemia. ■

SPGL reuniu com a Câmara de Lisboa sobre a falta de assistentes operacionais nas escolas

“ os docentes são pressionados a exercerem funções fora do âmbito das suas competências, como sejam a vigilância de almoços, refeitórios e higienização de espaços. Para além de todo o trabalho que decorre das suas funções, acresce ao trabalho docente tarefas fora do âmbito das suas competências. “

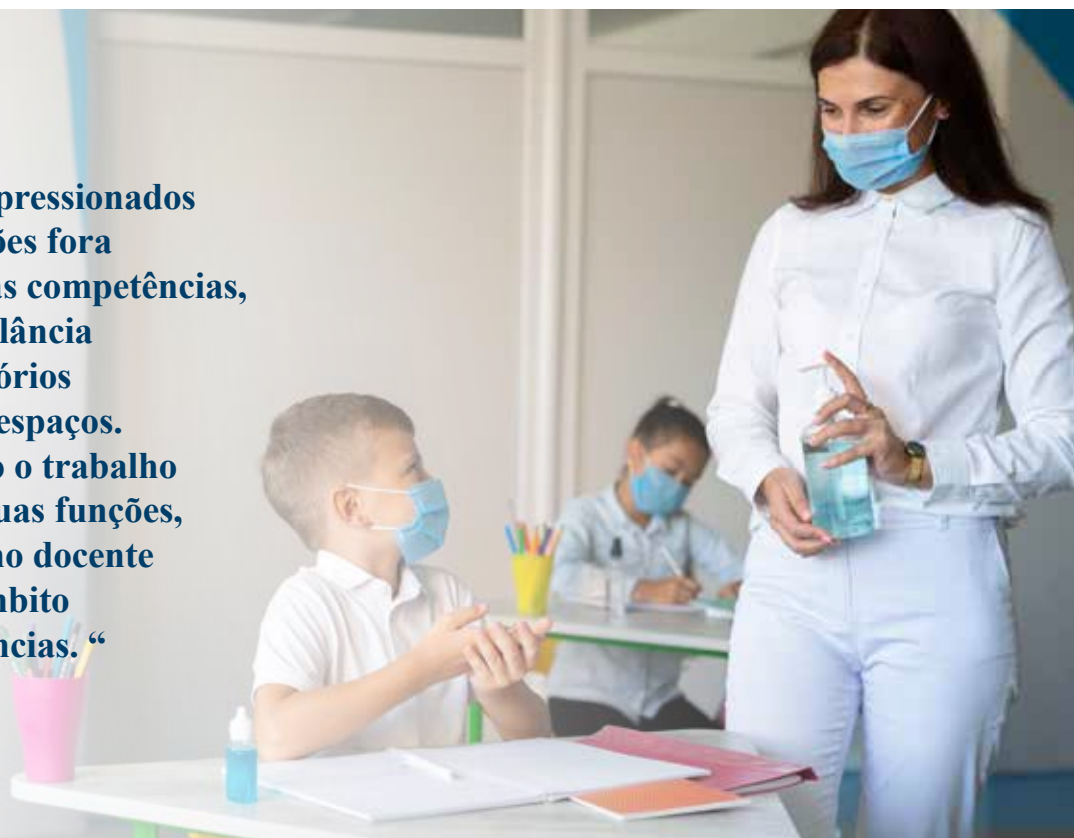


Foto: Designed by Freepik

Albertina Pena
Dirigente do SPGL

O início do ano letivo tem sido marcado, entre outras situações, pela gestão das normas de segurança para evitar a propagação do vírus... Esta situação não tem sido fácil nas escolas. A recorrente falta de recursos humanos de anos anteriores agrava-se, este ano, com a resposta que é preciso dar quanto à higienização e ao acompanhamento dos alunos nos vários espaços escolares.

Na reunião com a Câmara de Lisboa, que decorreu com o vice-presidente e vereadores com as tutelas da educação e dos recursos humanos, o SPGL colocou os problemas e as preocupações que a falta de assistentes operacionais gera

nas escolas, e o efeito que isso acarreta quanto à sobrecarga dos horários de trabalho docentes e quanto ao agravamento das condições de trabalho. Neste contexto, os docentes são pressionados a exercerem funções fora do âmbito das suas competências, como sejam a vigilância de almoços, refeitórios e higienização de espaços. Para além de todo o trabalho que decorre das suas funções, acresce ao trabalho docente tarefas fora do âmbito das suas competências.

Com o processo de transferência de competências (municipalização), a gestão de assistentes operacionais passou a ser feita pela autarquia. Neste sentido, o SPGL requereu junto dessa entidade a colocação de mais auxiliares por forma a dar respostas às necessidades das escolas quanto às normas de segurança e higiene, e para evitar a sobrecarga de trabalho do pessoal docente com tarefas

que não são da sua competência.

Por parte dos representantes da autarquia este problema também foi reconhecido, assim como as dificuldades que existem na substituição de assistentes operacionais. Referiram ainda que estão em curso procedimentos de concursos para a contratação de mais assistentes operacionais, com vista a tentar suprir algumas necessidades das escolas, mas que mesmo assim são considerados em número insuficiente. Muitas destas dificuldades decorrem da desvalorização salarial e da extrema precariedade com que se veem confrontadas as pessoas no exercício desta atividade. Este é um problema para o qual urge encontrar soluções por forma a evitar o encerramento de escolas e garantir que o ensino presencial, tão necessário, se mantenha no respeito pelas normas de segurança instituídas pela DGS. ■

IPSS/Misericórdias

Concentrações no Porto e em Lisboa, por aumentos salariais



Graça Sousa
Dirigente do SPGL

Perante o impasse no processo negocial de revisão salarial do CCT das IPSS e tendo em conta a necessidade de, muito rapidamente, se alcançar um acordo com a CNIS que valorize os salários dos trabalhadores e as suas carreiras profissionais, os trabalhadores das IPSS concentraram-se no dia 1 de outubro junto à sede da CNIS no Porto. Nesta concentração conjunta estiveram presentes a FENPROF, o CESP e o SEP.

Uma delegação composta por dirigentes das referidas organizações sindicais foi recebida pelo Presidente da CNIS, o Padre Lino Maia, a quem foram transmitidas as posições da comissão sindical, nomeadamente a exigência de aumentos salariais para todos os trabalhadores. No seguimento desta ação, a CNIS enviou uma nova proposta com vista à conclusão do processo de revisão salarial do CCT para 2020, contemplando um aumento de 0,3% para as carreiras dos docentes, correspondente à inflação verificada em 2019.

Apesar de este aumento ser pouco significativo, relembramos que a proposta da CNIS durante todo este processo negocial era de 0% de aumento para as tabelas salariais dos docentes. Assim, na última reunião negocial com a CNIS, realizada no passado dia 26 de outubro, a FENPROF chegou a acordo com aquela Confederação. Neste sentido, as tabelas salariais dos docentes – Tabela B do CCT, irão ter um aumento de 0,3% com efeitos retroativos a julho que, após a publicação da revisão do CCT em BTE, terão de ser pagos em duas prestações mensais iguais.

Também pelos mesmos motivos, realizou-se uma Concentração no dia 15 de outubro junto à sede da UMP em Lisboa, onde estiveram presentes a FENPROF, o CESP e o SEP exigindo aumentos salariais para todos os trabalhadores das Misericórdias.

Importa realçar que, os salários aplicados nas Misericórdias são ainda mais baixos que os da IPSS, apesar das comparticipações financeiras do Estado serem as mesmas para todo o Setor Social e constarem do Protocolo de Cooperação negociado pela UMP com o Governo.

Perante o impasse negocial com a UMP do processo de revisão do Acordo Coletivo de Trabalho das Misericórdias, a FENPROF, em conjunto com outras organizações sindicais, encontra-se em conciliação na DGERT, sendo que, até à data, ainda não foi apresentada pela UMP proposta de aumentos salariais para os docentes.

A FENPROF, nas reuniões negociais com a CNIS e a UMP, lembrou a situação penalizadora de inúmeros educadores de infância que estiveram em *layoff* com suspensão de contrato, tendo-lhes sido recusada a continuidade da atividade docente em regime de teletrabalho, ao contrário do que ocorreu com os educadores do ensino público.

A FENPROF informou, ainda, que denunciou todas as situações que chegaram ao seu conhecimento, junto da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do Ministro da Educação, do Secretário de Estado da Segurança Social e da ACT. Até à data a única resposta que obteve foi da ACT, informando que o processo tinha sido remetido ao Instituto da Segurança Social, entidade competente para esse efeito, do qual a FENPROF ainda aguarda parecer sobre a referida matéria.

Logo que sejam publicadas as tabelas das IPSS em BTE divulgaremos no *site* do SPGL e enviaremos o novo CCT para todos os sócios do setor. ■

Não ao racismo e à xenofobia

O SPGL repudia e condena mensagens racistas e xenófobas inscritas em paredes de estabelecimentos de ensino na área da grande Lisboa e solidariza-se com todos os professores, alunos e restante comunidade educativa vítimas destes atos hediondos.

Numa Escola para todos não há lugar para racismo nem para a xenofobia nem para qualquer atentado aos direitos humanos. Não podemos silenciar nem tolerar atos que atentem ou ponham em causa o direito universal à educação.

Conselho Geral do SPGL aprova relatório e contas de 2019 e considera positivo o trabalho sindical desenvolvido

Foto: Joana Rodrigues



Reunido em 19 de outubro, com 14 conselheiros “presenciais” e 6 participando “online” (num total de 20 conselheiros, metade do total), o Conselho Geral aprovou com 18 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção o Relatório de Contas de 2019. O atraso na marcação desta reunião deve-se à situação pandémica em curso.

O Relatório informa que em 2019 o total de rendimentos foi de 2.476.001,24 euros, e o de gastos de 2.479.616,75 euros. Comparando o total do Fundo de Capital de 2019 com 2018 regista-se um resultado líquido de exercício negativo: -3.839,10 euros.

Na contextualização do período considerado (2019), o Relatório informa que o volume de quotização líquida superou em 40.803,51 euros o valor executado de 2018 (um aumento de 1,76%), tendo o número de sócios subido para 14.898 (um aumento de 360), considerando estes dados “um sinal muito positivo relativamente ao futuro próximo do SPGL, tanto no que diz respeito à sua solidez financeira como à consolidação do número de associados”.

Entre os “gastos”, o Relatório aponta como explicação para o volume atingido o aumento em 56.117,17 euros da contribuição para a FENPROF (foi ano de congresso), a contribuição para o Congresso da CGTP-IN (12.790,55 euros) e a realização das eleições para os corpos gerentes do SPGL.

A direção apresentou ao Conselho Geral o Relatório de atividade sindical do SPGL entre Janeiro e Julho de 2020, sublinhando o bloqueio negocial por parte do Ministério da Educação que não tem permitido qualquer aproximação às reivindicações dos professores e educadores. Faz também uma apreciação muito positiva do modo como os professores e educadores se empenharam para minorar os prejuízos nas aprendizagens com o encerramento das escolas a partir de meados de março. No período de confinamento, a direção sublinha que foi possível manter um contacto permanente com os sócios recorrendo ao serviço telefónico, entretanto reforçado, e aos contatos via “email”, tendo sido registado atendimento a 2312 sócios entre 18 de março e 8 de maio. Os sócios foram conta-

tados pelo serviço de apoio a sócios, pelo funcionário da delegação, ou pelo gabinete jurídico, consoante os casos. E, quando necessário, pelos dirigentes que acompanham as escolas.

O Relatório destaca a intervenção do departamento do Ensino Particular e Cooperativo e IPSS “na denúncia de inúmeros atropelos a direitos dos docentes das IPSS/Misericórdias e EPC que denunciou junto da ACT as inúmeras atitudes abusivas, do abuso de situações de *layoff* fraudulentas, do incumprimento dos Contratos Coletivos de Trabalho, da ilegal suspensão de contratos, da denúncia do desrespeito pelo conteúdo funcional das/dos educadoras/educadores de infância, entre outros”.

O texto apresentado pela direção (que pode ser lido na página do SPGL) motivou a elaboração do **Parecer** que foi aprovado por 19 votos a favor e 1 abstenção.

O Conselho Geral aprovou, por unanimidade, a **proposta de saudação aos docentes portugueses e aos trabalhadores do SPGL**, apresentada pela conselheira Deolinda Martin. ■

Apreciação do Relatório de Atividade sindical entre janeiro e julho de 2020 apresentado pela Direção ao Conselho Geral do SPGL



Foto: Joana Rodrigues

O Relatório, naturalmente, separa dois momentos deste período: o anterior ao surto da pandemia (de janeiro a março) e o período posterior.

A direção considera que em ambos os momentos houve a preocupação de manter uma forte ligação aos professores - na primeira fase assente também numa presença assídua nas escolas, posteriormente através das plataformas digitais. Simultaneamente, houve que proteger os trabalhadores do SPGL, respeitando integralmente as normas de saúde emanadas da DGS, colocando boa parte dos trabalhadores em teletrabalho, mas sem descurar o apoio permanente aos sócios, quer através de consultas à distância a cargo de dirigentes e departamento de apoio a sócios e contencioso, quer através de comunicações através da internet. De realçar a realização de um plenário sindical (em 8 de julho) através de uma plataforma digital.

Fruto possivelmente deste trabalho e desta resposta ajustada, a direção informa-nos que não houve quebra do número de sócios, tendo-se mesmo verificado aumento em alguns setores (que o texto da direção não especifica). Da enumeração exaustiva das atividades desenvolvidas ressalta a integração nas atividades reivindicativas organi-

zadas pela FENPROF, pela CGTP-IN e pela Frente Comum, estruturas a que o SPGL pertence, assim como a participação do SPGL nas estruturas nas quais tem representantes eleitos. Esta atividade reivindicativa englobou o ensino particular e cooperativo e, particularmente, as IPSS e as Misericórdias, os mais duramente afetados pela arbitrariedade e prepotência de algumas direções e onde o número de despedimentos é significativo.

Assim, **o Conselho Geral considera positivo o trabalho desenvolvido, tendo em conta a situação particularmente adversa criada pela pandemia COVID 19**, sendo aliás de prever que a situação pandémica se prolongue e agrave, pelo que a Direção do SPGL deve manter a mesma linha de intervenção: manter a ligação com os professores em geral e sobretudo com o sócios, conjugando este trabalho com o do direito dos seus trabalhadores aos cuidados de saúde que a situação exige, de modo a potenciar, conjuntamente com a FENPROF, a CGTP e a Frente Comum, a ação reivindicativa tendo como objetivo a defesa da Escola Pública e os direitos dos professores e educadores quer do setor público quer do setor particular e cooperativo, das IPSS e das Misericórdias.■



Foto: Joana Rodrigues

Saudação aos docentes portugueses e aos trabalhadores do SPGL

O Conselho Geral do SPGL, reunido a 19 de Outubro de 2020, saúda todos os docentes portugueses pela sua capacidade de, face a um tempo difícil, de grande exigência, em tempo de pandemia e com um elevado sentido de responsabilidade, terem encontrado respostas alternativas garantindo, dentro do possível, a continuidade da escolarização dos seus alunos. Neste momento, presencialmente, muitas vezes sem que as regras sanitárias, definidas pela própria DGS, sejam integralmente cumpridas, mantêm as escolas abertas para que o país retome a normalidade possível, prestando-lhes todo o apoio e reconhecimento de que são merecedores.

O Conselho Geral do SPGL, reunido a 19 de Outubro de 2020, saúda os trabalhadores do SPGL pois mantiveram uma cabal resposta aos seus sócios num tempo tão adverso como o da pandemia.

A conselheira
Maria Deolinda Marques
Dias Martin



Almerinda Bento
Dirigente do SPGL

Como estamos de (des)informação?

A verdade é que vivemos numa época em que nunca houve tanta informação. Ou será antes desinformação? Como conseguimos separar o trigo do joio? Hoje até há programas cujo objeto é o *fact checking* em estações de televisão que dão notícias erradas, as famosas *fake news*, e depois vêm pedir desculpa por terem veiculado informação falsa e tendenciosa. Não fizeram o *fact checking*, ou como se costuma dizer, não fizeram o trabalho de casa. É este o estado da arte. Em Portugal, na Europa, em todo o mundo. Com efeito, temos o direito a uma informação fidedigna, verdadeira, correcta e esperamos que os meios de comunicação social, oral ou escrita, tenham esse papel que corresponda ao seu estatuto editorial. Independentemente da orientação ideológica dos donos dos *media* e dos artigos de opinião de quem colabora com os jornais, por exemplo, exige-se que as notícias nos permitam conhecer a realidade do país e do mundo e nos tornem cidadãos e cidadãs cada vez mais informados e conscientes dessa realidade. Com a disseminação de

plataformas digitais e redes sociais, o acesso à informação democratizou-se e tornou-se cada vez mais rápido. Se por um lado, os cidadãos e cidadãs ficaram mais apetrechados com informação, por outro, ficaram mais sujeitos às maiores aldrabices, muitas vezes embrulhadas em pretensos estudos científicos, validados por especialistas em tudo e mais alguma coisa. A banalização da falsa informação tornou-se normal e na voragem dos tempos pestíferos em que o desconhecido e o medo imperam, os profetas da verdade e das curas milagrosas aparecem-nos por *whatsapp*, pelo *messenger*... à distância de um toque. Apagar? Ver até ao fim? Pedir ao “amigo” que por favor não mande mais? Dar-se ao trabalho de responder com um texto pedagógico? São muitas as hipóteses. Mesmo tendo espírito crítico, quantas vezes não abanamos com as “novidades” que nos aparecem no ecrã dos nossos *smartphones*? No entanto, a batalha contra a desinformação é desigual. Lançado um boato ou uma notícia falsa, mesmo que sejam corrigidos ou desmentidos, a verdade é que a correcção nunca chega ao mesmo número de pessoas que a

mentira. Hoje, verdadeiros profissionais de organizações que emergem, com contornos ideológicos perigosamente obscuros, mas com raízes em grupos de extrema-direita, dedicam-se a alimentar *sites*, a criar perfis falsos, a fazer filmes cujo objectivo é manipular e controlar pessoas através de falsa informação, a uma escala global. Movimentos saídos do “nada” como o QAnon, tem, segundo as autoridades, 250 correligionários só em Portugal, difundindo mensagens sobretudo no *facebook* e no *twitter*. Este movimento, com implantação em 70 países, cresceu e ganhou mais força com a pandemia, assumindo posições antivacinas e negacionistas e recusando abertamente as orientações da Organização Mundial da Saúde, tal como Trump. Assumidamente racista, este movimento tem no seu seio elementos que defendem a supremacia branca e a ideologia nazi. Este movimento e outros como os Médicos pela Verdade são o sinal dos tempos que vivemos, de aumento da influência das ideologias de extrema-direita a ganharem terreno nas redes sociais, nas ruas, nos parlamentos e nos governos de muitos países. Potenciados em

períodos de crise e por esta pandemia global, a crise sanitária, económica e social que estamos a viver, com consequências ainda inimagináveis é o terreno fértil para estes abutres. Em Abril, o jornal “Público”, referindo-se ao relatório anual do Instituto Variedade da Democracia da Universidade de Gotemburgo, concluiu que havia mais autocracias que democracias no mundo. Nos últimos anos, temos assistido à chegada ao poder de líderes ultraconservadores; com a pandemia, tendências autoritárias de reforço do poder absoluto de Viktor Orbán, aproveitando-se da situação de emergência, são sinais de alerta muito preocupantes. Como será o futuro? Os olhos estão postos nas eleições nos EUA. O descalabro dos últimos anos dificilmente seria imaginável. Alguém que atropela todas as regras da democracia, que não tem um pingão de decência, foi um ator execrável num filme com um péssimo guião. É o perigoso estado do mundo onde a democracia está em risco. Saberemos, seremos capazes de estancar esta pandemia? ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Legislação

I Série

• **Portaria n.º 245-A/2020 de 16/10**

Primeira alteração à Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, que regulamenta os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas

• **Declaração de Retificação n.º 40-A/2020 de 16/10**

Retifica a Portaria n.º 245-A/2020, de 16 de outubro, que procede à primeira alteração à Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro

• **Portaria n.º 256/2020 de 28/10**

Simplifica o processo de reconhecimento do Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em anexo à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro

II Série

• **Portaria n.º 597/2020 de 08/10**

Autoriza os agrupamentos a assumir os encargos plurianuais decorrentes da aquisição de serviços de transporte escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, durante o ano letivo 2020/2021

• **Despacho n.º 9950/2020 de 15/10**

Apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático

• **Recomendação n.º 4/2020 de 23/10**

Recomendação sobre «A condição dos assistentes e dos técnicos especializados que integram as atividades educativas das escolas»



Estamos confinados mas atentos

O ano letivo de 2019/20 foi abruptamente interrompido a partir do mês de março pelas condições sanitárias ditadas pela pandemia do coronavírus e pelo avançar da doença Covid-19. O trabalho do Departamento de Aposentados, descrito no plano de atividades daquele ano, ficou naturalmente em causa, residindo a esperança de o continuar durante o último trimestre de 2020.

Chegados a setembro, depois de meses em que apenas contactávamos por telefone e pela net, era notória a falta que a todos fazia o desenrolar das atividades com a cadência regular e a que todos acorriamos com interesse e entusiasmo. Exemplo disto os nossos projetos “O Meu Livro Quer Outro Livro”, “Memórias” e “Troca de Saberes”.

Nos primeiros dias de setembro, fizemos a primeira reunião após a 1ª fase de Covid-19 onde tratámos da organização do Departamento para 2020-21, da programação de seis “Passeios Literários em Lisboa”, da visita cultural a Salvaterra de Magos, perspetivando ações futuras, confiantes na evolução moderada da doença no país.

Em setembro decorreram os “Passeios Literários” em Lisboa, em que recordámos José Saramago, Eça de Queirós, Cesário Verde, Almeida Garrett e Fernando Pessoa, com a participação de sessenta associados divididos em grupos de dez. A 29 de setembro, realizamos a visita cultural “Conhecer Salvaterra de Magos, a Aldeia Avieira de Escaroupim e o Rio Mágico – Tejo” em que participaram 34 sócios. Em todas estas ações

cumprimos as regras determinadas pela DGS, nomeadamente o distanciamento social e o uso de máscara.

Para outubro organizamos uma visita cultural para conhecer as Salinas do Samouco, Alcochete e desfrutar de um passeio a bordo do “Bote Leão”, embarcação tradicional do Tejo, propriedade da Câmara Municipal de Alcochete, que está ancorada na história e tradição local e reflete a grande paixão pelo Tejo, orgulhosamente assumida pelas gentes locais.

Organizámos também 3 passeios em Lisboa para Conhecer Alfama e o Mosteiro de S. Vicente de Fora e as Lojas Históricas da capital no Bairro Alto, Chiado e Baixa Pombalina.

Para novembro tínhamos o objetivo de organizar outras sessões, nomeadamente nas regiões de Setúbal e Oeste.

Do projeto “Memórias” já concluído, em que participaram 13 colegas, foram compilados todos os textos para a edição da brochura a ser distribuída numa sessão que tínhamos pensado realizar em dezembro.

As nossas expectativas sobre a continuação e desenvolvimento do nosso trabalho, rapidamente ficaram goradas face ao crescimento do número de contágios e às novas condições ditadas pela DGS. Assim tivemos de cancelar as ações previstas para outubro e que tinham já as inscrições esgotadas e parámos a organização das outras.

Esperamos que em breve possamos retomar as nossas atividades de modo a minorar o isolamento social no contexto atual, permitindo o contacto regular com amigos, diminuindo a solidão e aumentando o bem-estar dos docentes aposentados.

Continuamos a seguir todo o trabalho de luta que o SPGL e a FENPROF desenvolvem na defesa dos direitos dos docentes e das crianças, confiantes na nossa participação nas lutas que se avizinham, com o desejo enorme de que a situação epidémica do país nos permita continuar o nosso trabalho com determinação, em segurança e com a alegria e o entusiasmo de sempre. ■

Qualificação para o exercício de outras funções educativas

Na última rúbrica do “Consultório Jurídico” foi abordado o regime jurídico relativo à “Aquisição de outras habilitações do pessoal docente” regulado no artigo 54º do Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD). Tendo em conta que se trata de matéria que se insere no mesmo subcapítulo do ECD, penso ser oportuno dedicar o presente texto ao regime relativo à “Qualificação para o exercício de outras funções educativas” inserto nos artigos 56º e 57º do mesmo ECD.

Como se pode constatar, a matéria em questão articula-se com o disposto no artigo 14º do Estatuto da Carreira Docente quando determina que: “A formação especializada visa a qualificação dos docentes para o desempenho de funções ou atividades educativas especializadas e é ministrada nas instituições de formação a que se refere o nº 2 do artigo 36º da Lei de Bases do Sistema Educativo.” De acordo com o nº 1 deste preceito legal, consideram-se qualificados para o exercício de outras funções educativas ou atividades educativas especializadas, os docentes que se encontrem integrados na carreira com nomeação definitiva que frequentemente, com aproveitamento, cursos de formação especializada obtidos em estabelecimentos de ensino superior competentes nas áreas de:

- a) Educação Especial;
- b) Administração Escolar;
- c) Administração Educacional;
- d) Animação Sócio-Cultural;
- e) Educação de Adultos;
- f) Orientação Educativa;
- g) Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores;
- h) Gestão e Animação de Formação;

- i) Comunicação Educacional e Gestão da Informação;
- j) Inspeção da Educação.”

Contudo, o quadro legal em questão vem ainda clarificar que também constitui qualificação para as referidas funções educativas a **aquisição do grau de Mestre e Doutor** nas supra identificadas áreas ou em áreas diferentes de formação especializada se o sistema educativo disso necessitar, no âmbito de despacho proferido pela entidade competente.

Se o artigo 56º do ECD determina como se referiu, a forma de aquisição das habilitações que permitam aos docentes o exercício de outras funções educativas, o seu artigo 57º vem estabelecer as condições em que deve ser desenvolvido o exercício de tais funções. Assim, se o docente qualificado nos termos do referido artigo 56º, for eleito ou designado para exercer outras funções educativas só pode recusar-se ao respetivo exercício se, por despacho do Ministro da Educação, for reconhecido como atendível e devidamente fundamentado o motivo por ele invocado para a recusa ou seja, o referido motivo terá de constituir uma situação incapacitante para o exercício de tais funções. A recusa do docente sem motivo atendível determina a aplicação ao mesmo de uma sanção que se traduz na atribuição da menção qualitativa de “Insuficiente” na primeira avaliação àquela subsequente.

Para obtenção de esclarecimentos adicionais sobre a questão abordada deverão os docentes contactar os Serviços de Apoio a Sócios e Contencioso do SPGL. ■

“Jaguar” de António Carlos Cortez vence Prémio Literário António Gedeão



António Carlos Cortez, com a obra “Jaguar” (D. Quixote 2019), venceu o Prémio de Poesia António Gedeão 2020, instituído pela FENPROF com o apoio da SABSEG.

O júri, constituído por Paulo Sucena (FENPROF), José Manuel Mendes e Paula Mendes Coelho, destacou

“a elevada qualidade da maioria das obras a concurso” e justificou a atribuição do prémio à obra “Jaguar” por “se tratar de uma obra inovadora, uma obra de prosopoemas feita, poema ‘caçada terrível’, tornada simbólica e alquímica numa fisicidade animal, não despojada de pulsação emotiva, ao mesmo tempo uma viagem crítica pela tradição poética ocidental de onde emerge a inequívoca singularidade desta voz”.

A FENPROF assinala com satisfação que António Carlos Cortez, com esta obra inovadora, se vem juntar a nomes cimeiros da literatura portuguesa contemporânea na área da poesia.

Os vencedores das edições anteriores

Prémio de Novela e Romance Urbano Tavares Rodrigues

2019 – Luísa Costa Gomes, Florinhas de Soror Nada

2017 – Isabela Figueiredo, A Gorda

2015 – Lídia Jorge, Os Memoráveis

2013 – Ana Cristina Silva, O Rei do Monte Brasil

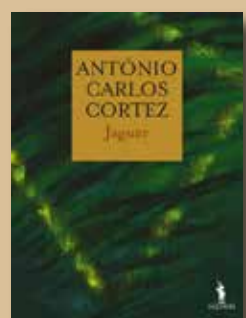
Prémio de Poesia António Gedeão

2018 – Daniel Jonas, Oblívio

2016 – Nuno Júdice, A Convergência dos Ventos

2014 – Manuel Gusmão, Pequeno Tratado das Figuras

2012 – Ana Luísa Amaral, Vozes





GREVE AO SOBRETREBALHO



PELO CUMPRIMENTO DO HORÁRIO SEMANAL DE 35 HORAS

Atividade abrangida:

- **Serviço letivo** que ultrapasse a componente letiva a que o docente esteja obrigado.
- **Reuniões de avaliação intercalar dos alunos**, caso as atividades da escola não sejam interrompidas para o efeito.
- **Outras reuniões** [reuniões gerais de docentes, reuniões de conselho pedagógico, conselho de departamento, grupo de recrutamento, conselho de docentes, conselho de turma, coordenação de diretores de turma, conselho de curso do ensino profissional, reuniões de secretariado de provas de aferição ou de exames, bem como reuniões convocadas para a implementação do DL 54/2018 e do DL 55/2018, designadamente as que forem convocadas no âmbito da Portaria n.º 181/2019 (PIPP)], sempre que as mesmas não se encontrem expressamente previstas no horário de trabalho dos docentes.
- Frequência de **ações de formação obrigatória** quando ultrapasse as horas de CNLE marcada no horário ou quando a convocatória não contém informação de dispensa da CNLE.
- Atividades de **coadjuvação**, de **apoio a grupos de alunos** e as atividades de **lecionação** de disciplina/área curricular, incluindo no âmbito da substituição de docentes em casos de ausência de curta duração, quando não integradas na componente letiva.
- **Reposição de horas de formação** nos cursos profissionais, sempre que seja imposta para além das horas de componente letiva ou nas interrupções letivas, ainda que remuneradas como serviço extraordinário.
- Todas as **atividades atribuídas aos avaliadores externos** (formação, preparação, deslocação, observação, elaboração de registos e reuniões), no âmbito da avaliação de desempenho dos professores, sempre que lhes sejam impostas para além das horas de componente não letiva de estabelecimento, ainda que remuneradas como serviço extraordinário, ou, ainda que integrem aquela componente, quando obriguem a alterações na organização da componente letiva, como a realização de permutas ou a marcação de aulas para tempos diferentes dos previstos no horário estabelecido.



Esta greve será suspensa logo que o ME reúna com a FENPROF, tendo em vista a eliminação dos abusos e ilegalidades que atingem os horários de trabalho dos docentes, garantindo, dessa forma, o respeito pela lei. Será retomada se os abusos e ilegalidades não forem eliminados.



www.fenprof.pt | Facebook.com/FENPROF.Portugal